

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS**

**LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO**

**RAMO: AUDITORIA**

**BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO:  
CONTROLO E PREVENÇÃO**

**CASO SECTOR BANCÁRIO CABO-VERDIANO**

**ÂNGELO JESUS CRUZ ANDRADE**

**Nº08.0828**

**Praia, Maio 2013**

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS**

**LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO**

**RAMO: AUDITORIA**

**BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO:  
CONTROLO E PREVENÇÃO**

**CASO SECTOR BANCÁRIO CABOVERDIANO**

**ÂNGELO JESUS CRUZ ANDRADE**

**Nº08.0828**

**ORIENTADOR: Mestre José Aútilio Pereira**

**Praia, Maio 2013**

## Agradecimentos

---

A elaboração de qualquer trabalho científico e académico, por muito individual que seja, requer a ajuda, a colaboração de outras pessoas e instituições. Sendo assim, é com um sentimento de imensa satisfação que escrevo estas palavras de agradecimento à todos os que, directa ou indirectamente, contribuíram para a realização deste trabalho, particularmente aos meus professores do curso de licenciatura em Contabilidade e Administração.

Ao professor Mestre José Autílio Pereira, pela sábia orientação, pelos ensinamentos transmitidos e toda a disponibilidade evidenciada.

À minha família e, em particular, à minha mãe Virgínia Lopes da Cruz, e ao meu pai, Pedro de Brito Horta Andrade, as minhas irmãs, a minha namorada e à todos os meus colegas do curso, a minha eterna gratidão, pelo apoio que me concederam e pela tolerância e compreensão.

Por último, gostaria de agradecer às organizações participantes a sua disponibilidade e contributo, sem as quais não teria sido possível realizar este estudo.

A todos,

Um muito obrigado!

## Resumo analítico

---

O presente trabalho intitulado “**Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo: Controlo e Prevenção**”, enquadra-se no âmbito de licenciatura em Contabilidade e Administração, ramo Auditoria, com o objectivo de aferir o estado de desenvolvimento do sector bancário Cabo-Verdiano, em termos de controlo e prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (BC/FT), nomeadamente perceber qual o nível de preparação existente, para fazer face às 40 recomendações do GAFI e outras organizações e identificar o progresso feito no sector desde 2009 nesta temática, nomeadamente após a entrada em vigor da Lei n.º 38/VII/2009, de 27 de Abril.

O desenvolvimento deste trabalho científico integra-se num quadro metodológico em que se incidiu sobre a abordagem quantitativa e exploratória, aplicando o inquérito por questionário.

Com este trabalho de pesquisa, conclui-se que em Cabo Verde, no sector bancário, vem se fazendo, nos últimos quatro anos, progressos substanciais em alguns dos aspectos em análise no âmbito do controlo e prevenção de branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo.

**Palavras-chave:** Branqueamento de Capitais; Financiamento do Terrorismo; Controlo; Prevenção

## Abstract

---

This current work entitled "**Money Laundering and Financing of Terrorism: Prevention and Control**", has been written in the context of a degree in Accounting and Management, Audit Branch, in order to assess the state of development of the banking sector of Cape Verde in the control and prevention of money laundering and terrorist financing (ML/TF), including to notice what level of preparation existing, to meet the FATF 40 Recommendations and other organizations and identify the progress made in the sector since 2009 in this theme, especially after the entry into force of Law no. 38/VII/2009 , April 27<sup>th</sup>.

The development of this scientific work is part of a methodological framework that is focused on exploratory and quantitative approach, using the questionnaire survey.

With this research, it is concluded that in Cape Verde, in the banking sector has been doing for the past four years, substantial progress in some of the aspects analyzed under control and prevention of money laundering and combating the financing of terrorism.

**Keywords:** Money Laundering; Terrorist Financing; Control; Prevention.

## Índice

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>I</b>
<b>Resumo analítico.....</b>	<b>II</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>III</b>
<b>Lista de abreviaturas.....</b>	<b>6</b>
<b>Lista de gráficos.....</b>	<b>7</b>
<b>Capítulo I: Introdução .....</b>	<b>8</b>
1.1. Apresentação do tema.....	8
1.2. Justificação do trabalho .....	9
1.3. Objectivos do trabalho.....	10
1.4. Pergunta de partida .....	10
1.5. Metodologia.....	11
1.6. Estrutura do trabalho .....	12
<b>Capítulo II: Abordagem Teórica e Conceptual .....</b>	<b>13</b>
2.1. Apresentação de conceitos.....	13
2.2. Fundamentação teórica .....	16
2.2.1. Branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo .....	16
2.2.2. Fases do Branqueamento e do Financiamento do Terrorismo .....	17
2.2.3. Principais Técnicas .....	18
2.2.4. Organismos internacionais que definem padrões normativos de prevenção e de detenção .....	20
2.2.5. Grupos internacionais que definem padrões normativos de prevenção e de detenção .....	23
2.2.6. Consequências do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo na economia de um país .....	25
2.2.7. Criminalização, comunicações de operações suspeitas do financiamento do terrorismo e organizações sem fins lucrativas .....	28
<b>Capítulo III: Legislação sobre Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo em Cabo Verde.....</b>	<b>31</b>
3.1. Legislação aplicável .....	31
3.2. Prevenção de Lavagem de Capitais no Sector Bancário e Financeiro .....	32
3.3. Principais medidas de prevenção sobre branqueamento de capitais .....	32

3.4. Terrorismo e seu financiamento .....	35
3.5. A Unidade de Informação Financeira (UIF).....	37
3.5.1. Atribuições .....	38
<b>Capítulo IV: Análise dos Resultados do Estudo .....</b>	<b>40</b>
4.1. Dados e metodologia .....	40
4.2. Análise de dados .....	41
<b>Capítulo V: Conclusão e Discussão .....</b>	<b>55</b>
5.1. Conclusão e discussão .....	55
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>59</b>
<b>Apêndice .....</b>	<b>63</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>67</b>

## **Lista de abreviaturas**

---

**ABC** - Anti-Branqueamento de Capitais

**BC/FT** - Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

**BCV** - Banco de Cabo Verde

**BO** - Boletim Oficial

**CFT** - Combate ao Financiamento do Terrorismo

**GAFI** - Grupo de Acção Financeira Internacional

**GPML** - Programa Global contra o Branqueamento de Capitais

**IFB** - Instituto de Formação Bancária

**KYC** - *Know Your Counterpart*

**ODC** - Gabinete sobre as Drogas e o Crime

**ODCCP** - Gabinete para o Controlo da Droga e Prevenção do Crime

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**SPSS** - *Statistical Package for the Social Science*

**UIF** - Unidade de Informação Financeira

**UNDCP** - Programa das Nações Unidas para o Controlo Internacional das Drogas



## **Lista de gráficos**

<b>Gráfico I - Importância da prevenção do BC/FT para a gestão de topo.....</b>	<b>42</b>
<b>Gráfico II - Periodicidade de debate da temática da prevenção do BC/FT com a gestão de topo .....</b>	<b>43</b>
<b>Gráfico III - Áreas com as quais existem as maiores sinergias na prevenção do BC/FT .....</b>	<b>44</b>
<b>Gráfico IV - Variação dos custos com a prevenção do BC/FT .....</b>	<b>45</b>
<b>Gráfico V - Como se encontram definidas as políticas, processos e procedimentos da área responsável pela prevenção do BC/FT?.....</b>	<b>45</b>
<b>Gráfico VI - Quais os meios preferenciais utilizados para a divulgação das políticas, processos e procedimentos relativos à prevenção de BC/FT?.....</b>	<b>46</b>
<b>Gráfico VII - Variáveis ponderadas na avaliação de risco das contrapartes .....</b>	<b>46</b>
<b>Gráfico VIII - Existência de algum projecto de actualização de dados de contrapartes.....</b>	<b>47</b>
<b>Gráfico IX - Periodicidade de confronto das bases de dados de contrapartes com listas de terroristas .....</b>	<b>47</b>
<b>Gráfico X - Existência de políticas, processos e procedimentos específicos que permitam identificar e monitorizar Pessoas Politicamente Expostas (PEP).....</b>	<b>48</b>
<b>Gráfico XI - Impacto no número de informações ou operações suspeitas reportadas ..</b>	<b>49</b>
<b>Gráfico XII - Qualidade do feedback da Unidade de Informação Financeira .....</b>	<b>49</b>
<b>Gráfico XIII - Existência de um programa de monitorização e verificação da eficiência dos sistemas e controlos .....</b>	<b>50</b>
<b>Gráfico XIV - O programa é sujeito regularmente a testes de efectividade?.....</b>	<b>51</b>
<b>Gráfico XV - Principal área com papel preponderante relativamente à monitorização e verificação da eficiência dos sistemas e controlos .....</b>	<b>51</b>
<b>Gráfico XVI - Percentagem de colaboradores com formação em prevenção de BC/FT .....</b>	<b>52</b>
<b>Gráfico XVII - Método de formação mais utilizado e mais eficiente.....</b>	<b>53</b>
<b>Gráfico XVIII - Impacto dos requisitos regulamentares no sector bancário .....</b>	<b>53</b>
<b>Gráfico XIX - Impacto da Legislação e Regulamentação .....</b>	<b>54</b>

## Capítulo I: Introdução

---

### 1.1. Apresentação do tema

O Branqueamento de capitais, um problema sério à escala mundial, constitui uma criminalidade económica que afecta o bem-estar dos cidadãos e ameaça a sustentabilidade económica com diversas implicações a nível macro e micro económicas e, sobretudo, a nível financeiro, podendo desestabilizar as instituições de crédito. A actividade criminosa atingiu actualmente um elevado grau de sofisticação e complexidade na forma como são utilizados os meios existentes nos sistemas financeiros que visam o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

A abertura dos diversos sistemas económicos e financeiros torna-os, por si só, mais vulneráveis, proporcionando o seu uso ilícito, através de utilização dos mais variados métodos para converter, transferir ou dissimular bens ou produtos gerados por actividades criminosas, permitindo que os mesmos sejam impunemente utilizados pelos seus autores. A forma mais eficaz de prevenir a utilização indevida do sistema financeiro é impedindo a entrada desde dinheiro em circuito legal.

Em Cabo Verde, o enquadramento legal foi desenvolvido conferindo máxima prioridade ao carácter preventivo de combate a estas actividades criminosas. A legislação tem-se aperfeiçoado, encontrando-se preparada para acompanhar os desafios impostos pelas mais recentes tipologias e tendências do branqueamento de capitais e, também, do financiamento do terrorismo.

Neste contexto, a colaboração internacional no âmbito da aplicação de medidas de prevenção e repressão de tais actos, tem aumentado.

## 1.2. Justificação do trabalho

O branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo (BC/FT) constituem sérias ameaças ao sistema bancário e financeiro, na medida em que comprometem seriamente a sua reputação e estabilidade do sistema, bem como a confiança nele depositada.

Como cidadão consciente da responsabilidade que tem para o desenvolvimento sustentável do país, o dever de contribuir e combater este flagelo, que tem influências extremamente prejudiciais à sociedade, mudando a atitude das pessoas, fazendo com que as elas procurem, de uma forma ilícita, enriquecer rapidamente, torna-se um imperativo. Por outro lado, na qualidade de um colaborador de uma instituição de crédito, a obrigação de contribuir para a prevenção, controlo e combate contra os fenómenos branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo é de extrema importância, na medida em que salvguarde a imagem e a reputação dessa instituição. Além disso, com conhecimento mais profundo e abrangente destes fenómenos – branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo – vai se obter um conjunto de subsídios, que apoiará, com certeza, e de uma forma notável, em como lidar com estas ameaças.

Com base nessas considerações, o suporte motivacional que justifica a escolha desse tema, baseia-se, entre outras, nas razões:

- 1ª - Importância e actualidade do tema;
- 2ª - Necessidade pessoal em aprofundar os conhecimentos adquiridos durante uma formação realizada a modo *e-learning* com Instituto de Formação Bancária (IFB) sobre BC/FT, contribuindo assim, futuramente, para a melhoria da minha prática profissional;
- 3ª - Contribuir para um controlo e prevenção de qualidade contra esses fenómenos em Cabo Verde
- 4ª - Combinar a experiência profissional do quotidiano do autor e a área de formação superior em estudo.

### 1.3. Objectivos do trabalho

#### ➤ Objectivo geral

O objectivo geral deste trabalho é analisar os fenómenos de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, as medidas de controlo e prevenção existentes no sector bancário.

#### ➤ Objectivos específicos

Constituem-se os objectivos específicos deste estudo, entre outros, os seguintes:

- Conhecer as principais medidas de prevenção e de controlo contra o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- Identificar principais técnicas utilizadas para branquear e as etapas seguidas em cada uma dessas tipologias;
- Averiguar o cumprimento dos deveres de prevenção do branqueamento exigidos às instituições financeiras, nomeadamente ao sector bancário;
- Apresentar o grau de aceitação das medidas de *compliance*<sup>1</sup> pelos gestores do topo;
- Identificar a evolução existente no sector bancário Cabo-verdiano.

### 1.4. Pergunta de partida

O presente trabalho visa responder a seguinte pergunta:

**- Será que o sector bancário Cabo-Verdiano está preparado e vem cumprindo, de forma aceitável, com as medidas de controlo e prevenção ao combate dos fenómenos de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo?**

---

<sup>1</sup> Vem do verbo em inglês “*to comply*”, que significa “cumprir, executar, satisfazer, realizar o que lhe foi imposto”, ou seja, *compliance* é o dever de cumprir, estar em conformidade e fazer cumprir regulamentos internos e externos impostos às actividades da instituição.

## 1.5. Metodologia

A metodologia de pesquisa deve ser organizada de forma a obter o entendimento e resolução do problema de pesquisa. Contribuindo, Beuren (2004, p.67): afirma que “a metodologia da pesquisa é definida com base no problema formulado [...]”. Através disso percebe-se que para desenvolver de forma adequada um trabalho, atingindo os objectivos propostos e alcançados a resolução do problema de pesquisa, é muito importante a escolha do tipo de metodologia a ser adoptada. Sendo assim, o estudo foi realizado com base:

- Na pesquisa e leitura de abordagens de vários autores, disponibilizados em livros, artigos científicos e outros trabalhos (memórias, dissertações e teses) que retratam os assuntos desta memória, com vista a fundamentar as teorias a serem descritas e discutidas ao longo deste trabalho científico;
- Na consulta documental: análise dos documentos do BCV (Instrução Técnica E – 1250.18.1.1 anexa à Circular Série “A”, n.º 149 de 2009/11/04 do Banco de Cabo Verde (BCV) sobre Lavagem de Capitais) bem como a legislação nacional (Lei n.º 38/VII/2009, de 20 de Abril; Lei n.º 27/VIII/2013, de 21 de Janeiro e a Lei n.º 78/IV/93, de 12 de Julho),
- E a parte prática foi feita pelo método de inquérito por questionário. Os dados foram tratados no programa estatístico *Statistical Package for the Social Science* (SPSS), versão 15.0. A análise dos resultados foi baseada essencialmente nos procedimentos estatísticos: Técnicas descritivas – produção de tabelas de frequências (simples, percentagem e cruzamentos de variáveis) e gráficos.

## 1.6. Estrutura do trabalho

Para que o trabalho tenha uma sequência lógica, para além das partes pré-textuais e pós-textuais, encontra-se estruturado em 5 (cinco) capítulos, a saber:

- No primeiro capítulo, **Introdução**, é apresentado a contextualização do tema, justificação, os objectivos, pergunta de partida, estrutura do trabalho e metodologia usados para a realização da pesquisa,
- No segundo capítulo, faz-se a **Abordagem teórica e conceptual** sobre BC/FT;
- No terceiro capítulo, **Legislação sobre Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo em Cabo Verde**, inclui-se as legislações aplicáveis, relacionadas com o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo em Cabo Verde;
- O quarto capítulo, **Análise dos resultados do estudo**, são apresentados os procedimentos metodológicos para estudo do caso, os resultados da aplicação do inquérito por questionário e análise dos resultados;
- No quinto capítulo, **Conclusão e recomendações**, apresentou-se, as principais conclusões extraídas das várias partes do trabalho bem como recomendações para os trabalhos futuros.

## Capítulo II: Abordagem Teórica e Conceptual

---

### 2.1. Apresentação de conceitos

Pensa-se, muitas vezes, que quando se fala de branqueamento de capitais, está-se a falar de tráfico de drogas. Entretanto, este fenómeno que, inicialmente, se encontrava associado apenas ao tráfico ou fabrico de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas, posteriormente, ganhou a dimensão, passando a estar, também, associados à outros delitos, nomeadamente financiamento do terrorismo, tráfico de armas, tráfico de produtos nucleares, extorsão de fundos, rapto, lenocínio, tráfico de pessoas, tráfico de órgãos ou tecidos humanos, pornografia envolvendo menores, tráfico de espécies protegidas, corrupção e outras infracções económicas e financeiras, fraude fiscal e demais crimes punidos por Lei.

Para uma melhor compreensão e abordagem da problemática do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo apresentou-se os seguintes conceitos:

#### ➤ **Branqueamento de capitais**

O branqueamento de capitais pode ser definido de várias maneiras. A maioria de países partilha a definição adoptada pela Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substância psicotrópicas (1988), (convenção de Viena)<sup>2</sup> e Convenção das Nações Unidas contra Criminalidade Organizada Transnacional (2000) (Convenção de Palermo)<sup>3</sup>.

Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substância psicotrópicas (1988) define o Branqueamento de Capitais como a conversão ou transferência de bens, quando o autor tem o conhecimento de que esses bens são provenientes de qualquer infracção (tráfico de drogas) ou da participação com o

---

<sup>2</sup> <http://www.incb.org/e/conv/1988/>.

<sup>3</sup> <http://www.undcp.org/adhoc/palermo/convmain.html>.

objectivo de ocultar ou dissimular a origem ilícita desses bens ou de ajudar qualquer pessoa envolvida na prática dessas infracções a furtar-se às consequências jurídicas dos seus actos;

O branqueamento de capitais na Convenção das Nações Unidas contra Criminalidade Organizada Transnacional (2000) como sendo a ocultação ou a dissimulação da verdadeira natureza, origem, localização, disposição, movimentação, propriedades de bens ou direitos a eles relativos, com o conhecimento de que provêm de uma infracção ou infracções ou da participação nessa e noutras infracções.

Grupo de Acção Financeira sobre o Branqueamento de Capitais (GAFI)<sup>4</sup>, que é reconhecida como organização internacional que define os padrões normativos para as iniciativas anti-branqueamento de capitais (ABC), define o conceito de branqueamento de capitais de forma concisa como “a utilização e transformação de produtos do crime para dissimular a sua origem ilícita” com o objectivo de “legitimar” os proventos resultantes da actividade criminosa.

### ➤ **Financiamento do terrorismo**

Quanto ao **Financiamento do Terrorismo**, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou numerosos esforços, na sua maioria na forma de tratados internacionais, para combater o terrorismo e os mecanismos utilizados para o seu financiamento. Mesmo antes do ataque de 11 de Setembro aos Estados Unidos, a ONU já havia adoptado a Convenção Internacional para a Eliminação do Financiamento do Terrorismo (1999), a qual estipula que:

1. Comete uma infracção, nos termos da presente Convenção, quem, por quaisquer meios, directa ou indirectamente, ilegal e deliberadamente, fornecer ou reunir fundos com a intenção de serem utilizados ou sabendo que serão utilizados, total ou parcialmente, tendo em vista a prática: a) De um acto que constitua uma infracção

---

<sup>4</sup> É chamado, em inglês, de FATF/*Financial Action Task Force*, e, em francês, de GAFI/*Groupe d'Action Financière*.



compreendida no âmbito de um dos tratados enumerados no anexo e tal como aí definida; ou b) De qualquer outro acto destinado a causar a morte ou ferimentos corporais graves num civil ou em qualquer pessoa que não participe directamente nas hostilidades numa situação de conflito armado, sempre que o objectivo desse acto, devido à sua natureza ou contexto, vise intimidar uma população ou obrigar um governo ou uma organização internacional a praticar ou a abster-se de praticar qualquer acto.

2. [...]

3. Para que um acto constitua uma das infracções previstas no n.º 1, não é necessário que os fundos tenham sido efectivamente utilizados para cometer a infracção contemplada nas alíneas a) ou b) do n.º 1<sup>5</sup>.

A dificuldade para certos países consiste em definir o terrorismo. Nem todos os países que adoptaram a Convenção concordam sobre quais os actos que devem ser considerados como terrorismo. O significado de terrorismo não é aceite universalmente tendo em conta as suas importantes implicações políticas, religiosas e nacionais, que diferem de país para país.

O GAFI, que é reconhecido também como a organização internacional que define padrões normativos para as iniciativas de combate ao financiamento do terrorismo (CFT), não define especificamente o conceito “financiamento do terrorismo” nas suas nove Recomendações Especiais sobre o Financiamento do Terrorismo (Recomendações Especiais)<sup>6</sup>, elaboradas após os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001. Não obstante, o GAFI recomenda aos países que ratifiquem e apliquem a Convenção Internacional das Nações Unidas para a Eliminação do Financiamento do Terrorismo, de 1999.<sup>7</sup> Assim, a definição acima mencionada é a que foi adoptada pela maioria dos países para definir o financiamento do terrorismo.

---

<sup>5</sup> Convenção Internacional para a Eliminação do Financiamento do Terrorismo (1999), art. 2.º, <http://www.un.org/law/cod/finterr.htm>. As Convenções mencionadas no anexo na alínea a) do n.º 1 estão identificadas no Anexo I deste trabalho.

<sup>6</sup> As Recomendações Especiais, Rec. Esp. estão reproduzidas no Anexo II deste trabalho.

<sup>7</sup> *Id.*, em Rec. Espec. I.

## **2.2. Fundamentação teórica**

### **2.2.1. Branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo**

Existem algumas ligações entre o branqueamento e o financiamento do terrorismo, na medida em que apresentam características operacionais similares, que se prendem com o processo de ocultação e de dissimulação.

As técnicas utilizadas para branquear capitais são, na sua essência, idênticas às utilizadas para ocultar as origens e os fins do financiamento do terrorismo. Os fundos utilizados para apoiar o terrorismo podem ter origem em fontes lícitas, em actividades criminosas ou em ambas. Independentemente da sua origem, o importante é dissimular a fonte do financiamento do terrorismo. Se for possível ocultar a fonte, esta continuará sempre disponível para actividades de financiamento do terrorismo. Da mesma forma, para os terroristas, é igualmente importante ocultar a utilização dos fundos, para que a actividade de financiamento continue sem ser detectada.

Aquilo que difere estes dois crimes é que os fundos envolvidos podem ter origem legítima ou ser provenientes de actividades criminosas. Entre as fontes consideradas lícitas temos, por exemplo, doações ou contribuições monetárias ou de outros bens para organizações como fundações ou instituições de beneficência que, por sua vez, as utilizam para apoiar actividades ou organizações terroristas.

A magnitude do problema de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo é incomensurável. Estes fenómenos, pela sua própria natureza, estão orientados para o sigilo e não se prestam a análises estatísticas. Os branqueadores não documentam a amplitude das suas operações nem divulgam o montante dos lucros; o mesmo ocorrendo com aqueles que financiam o terrorismo. Além disso, é ainda mais difícil fazer estimativas, já que estas actividades ocorrem a nível global. Os branqueadores utilizam vários países para ocultar os seus proventos ilícitos, aproveitando-se das diferenças existentes nos respectivos regimes ABC, nos esforços para a aplicação da lei e na cooperação internacional. Assim, não existem estimativas fiáveis sobre a magnitude do problema de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo a nível global.

Em relação exclusivamente ao branqueamento de capitais, o Fundo Monetário Internacional estimou que o valor total dos fundos branqueados em todo o mundo pode variar entre 2% e 5% do produto interno bruto mundial. Com base em estatísticas de 1996, estas percentagens representariam cerca de 590 mil milhões de dólares a 1,5 bilhões de dólares. Assim, seja qual for a estimativa, a gravidade do problema é enorme e merece a total atenção de cada país.

O branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo podem ocorrer e ocorrem em qualquer país do mundo, em particular onde os sistemas financeiros são complexos. Países com infra-estruturas BCFT pouco rigorosas, ineficazes ou corruptas também se tornam potenciais alvos destas actividades. Nenhum país se encontra a salvo.

Considerando que as operações financeiras internacionais complexas podem ser abusivamente utilizadas para facilitar o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, os diversos estádios do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo ocorrem em muitos países diferentes. Por exemplo, a colocação, a acumulação e a integração podem ocorrer em três países distintos. Além disso, uma ou todas as fases podem também ser retiradas do local originário do crime.

### 2.2.2. Fases do Branqueamento e do Financiamento do Terrorismo<sup>8</sup>

São várias as fases de branqueamento de capitais, mas iremos destacar as três fases essenciais pelas quais passam os capitais a branquear são as seguintes:

- **Colocação (*placement*)** - evitar a associação directa da origem dos fundos com o crime. Os proventos ilícitos são colocados nos circuitos financeiros, geralmente através de uma instituição financeira, sob a forma de depósitos em numerário, compra de instrumentos financeiros negociáveis ou de bens de elevado valor.

---

<sup>8</sup> Baseado nos documentos resultante da acção de formação, "BRANQUEAMENTO DE CAPITALIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO".

- **Circulação/Transformação (*layering*)** – dissimular a movimentação dos proventos ilícitos para dificultar o seu rastreio. Uma vez colocados nos circuitos financeiros, os proventos ilícitos devem ser definitivamente distanciados da sua origem criminosa. Assim, é desenvolvido um esquema complexo de transacções financeiras que misturem a movimentação de dinheiro lícito com quantias legais.
- **Integração (*integration*)** – disponibilização do produto ilícito aos criminosos depois de aparentemente ter sido transformado em bens legítimos. Os proventos ilícitos são integrados formalmente nos circuitos financeiros legais, tornando-se cada vez mais fácil legitimar este dinheiro.

O ciclo do financiamento do terrorismo também integra estas três fases, só que na fase da integração, os fundos, lícitos ou ilícitos, são distribuídos aos terroristas e às entidades apoiantes desta actividade, conforme demonstra a figura 1 em anexo III.

### 2.2.3. Principais Técnicas<sup>9</sup>

As técnicas, em geral, usadas pelos branqueadores de capitais e financiadores do terrorismo são os seguintes:

- **Cuckoo Smurfing** – realização de depósitos de montante reduzido, por diversas pessoas (*smurfs*), ou por uma única pessoa, durante um determinado período e para contas de diferentes balcões;
- **Sociedade Ecrã ou de Fachada** – estas sociedades são constituídas de forma legal e aparentam o desenvolvimento de actividades comerciais legítimas, mas na realidade apenas servem de fachada para justificar o dinheiro ilícito com os respectivos lucros fictícios;
- **Movimentação Anómala de Contas** – neste caso, existe uma alteração, sem qualquer explicação, do padrão de movimentação das contas bancárias de um determinado Cliente;

---

<sup>9</sup> Baseado nos documentos resultante da acção de formação, “BRANQUEAMENTO DE CAPITALIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO”.

- **Utilização de “Testas de Ferro”** – utilização de pessoas, normalmente, sem antecedentes criminais, para abrir contas bancárias em seu nome (a troco de uma compensação monetária) que são utilizadas para fazer depósitos e posteriores movimentações de capitais oriundos de organizações criminosas;
- **Apropriação de Identidade** – utilização de documentos legais de alguém para praticar actos em seu nome, nomeadamente, operações financeiras;
- **Paraísos Fiscais** – nestes países os encargos e as obrigações tributárias são reduzidos ou inexistentes privilegiando a circulação e aplicação de produtos financeiros de origem local ou externa. As sociedades sedeadas nestes países, designam-se por *off-shore*;
- **Simulação de Sinistros** – a simulação de um sinistro é uma das principais formas para branquear dinheiro através de uma seguradora, seja no seguimento de uma simples operação de branqueamento, seja com o objectivo final de financiar actividades terroristas;
- **Empréstimos fraudulentos** – o agente branqueador realiza um depósito numa conta bancária em nome de um terceiro ou de uma sociedade - ecrã. Posteriormente, vai solicitar um empréstimo a outro banco, dando como garantia o depósito realizado anteriormente (por norma, estas operações são realizadas em países diferentes), e simulando a aplicação do valor do empréstimo num determinado negócio. Mais tarde, não sendo liquidado o empréstimo, o banco vai accionar a garantia bancária junto do banco que aprestou e este, por sua vez, vai penhorar o depósito do agente. Nesta situação, o branqueador já recebeu o dinheiro no momento da concessão do empréstimo, e o capital de origem ilícita será utilizado pelo banco emitente da garantia para pagar o empréstimo ao banco mutuante;
- **Sobre -facturação e subfacturação** – no primeiro caso, significa atribuir a uma operação financeira um valor superior ao valor real da mesma, enquanto no segundo caso, acontece o contrário; e
- **Outras Técnicas** – financiamento de campanhas políticas e operações de compra e venda de jóias, pedras preciosas, obras de arte e vários tipos de antiguidades. Estas operações de compra e venda são muito atractivas para estas organizações criminosas uma vez que são bens de elevado valor e negociam-se muito facilmente.

#### **2.2.4. Organismos internacionais que definem padrões normativos de prevenção e de detenção**

São vários os organismos internacionais e grupos que definem os padrões normativos, no sentido de mitigar os riscos de branqueamento de capitais para o mundo global. De entre os organismos internacionais têm-se:

- **A Organização das Nações Unidas (ONU)**

A ONU foi a primeira organização internacional a realizar acções significativas para lutar contra o branqueamento de capitais a nível verdadeiramente global. A ONU é importante nesta matéria por diversas razões. Em primeiro lugar, é a organização internacional com o maior número de membros -191 Estados membros do mundo inteiro.<sup>10</sup> Em segundo lugar, a ONU dirige activamente um programa de combate ao branqueamento de capitais, o Programa Global contra o Branqueamento de Capitais (GPML),<sup>11</sup> com sede em Viena, na Áustria, e parte do Gabinete sobre as Drogas e o Crime (ODC) da ONU.<sup>12</sup> Em terceiro lugar, e talvez o aspecto mais relevante, a ONU tem a capacidade de adoptar tratados ou convenções internacionais que têm força de lei num país sempre que este assine, ratifique e aplique a convenção, de acordo com o seu sistema constitucional e ordenamento jurídico. Em certos casos, o Conselho de Segurança da ONU tem autoridade para obrigar todos os países membros através de uma Resolução do Conselho de Segurança, sem necessidade de qualquer outra acção individual por parte de um país.

- **A Convenção de Viena**

Como resultado da crescente preocupação com a intensificação do tráfico internacional de drogas e o enorme montante de capitais relacionados que entram no sistema

---

<sup>10</sup> Lista dos Estados Membros: [www.un.org/Overview/unmember.html](http://www.un.org/Overview/unmember.html).

<sup>11</sup> Ver <http://www.imolin/imolin/gpml.html>.

<sup>12</sup> O nome do UNDCP foi mudado para Gabinete para o Controlo da Droga e Prevenção do Crime (ODCCP) em 1997 e, novamente, para Gabinete sobre as Drogas e o Crime (ODC) em Outubro de 2002.

bancário, a ONU, através do Programa das Nações Unidas para o Controlo Internacional das Drogas (UNDCP), promoveu um instrumento internacional para o combate ao tráfico de drogas e ao branqueamento de capitais. Em 1988, esta iniciativa resultou na adopção da **Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas (1988)** (Convenção de Viena). A Convenção de Viena inclui sobretudo disposições para o combate ao comércio ilícito de drogas e questões relacionadas com a aplicação da lei; são partes da Convenção 169 países. Embora não use os termos “branqueamento de capitais”, a Convenção define o conceito e insta os países a criminalizar esta actividade.

- **A Convenção de Palermo**

Com o objectivo de intensificar os esforços de combate à criminalidade organizada internacional, a ONU adoptou a **Convenção Internacional contra a Criminalidade Organizada Transnacional (2000)** (**Convenção de Palermo**). Esta Convenção, que entrou em vigor em 29 de Setembro de 2003, após ser assinada por 147 países e ratificada por 82 países, contém uma ampla gama de disposições para o combate à criminalidade organizada, comprometendo-se os países que a ratificam a aplicar as suas disposições, através da aprovação de leis internas. No que concerne ao branqueamento de capitais, os países que ratificarem a **Convenção de Palermo** ficam especificamente obrigados a:

- Criminalizar o branqueamento de capitais e incluir todos os crimes graves na lista de infracções subjacentes ao branqueamento de capitais, quer tenham sido cometidos dentro ou fora do país, e permitir que o elemento intencional seja deduzido a partir de circunstâncias factuais objectivas;
- Estabelecer regimes de regulação para dissuadir e detectar todas as formas de branqueamento de capitais, incluindo medidas de identificação do cliente, conservação de documentos e comunicação de operações suspeitas;

- Autorizar a cooperação e a troca de informações entre autoridades administrativas, de regulação, de aplicação da lei e de outras áreas, a nível nacional e internacional, e considerar a criação de uma unidade de informação financeira para recolher, analisar e disseminar informações; e promover a cooperação internacional.

- **Convenção Internacional para a Eliminação do Financiamento do Terrorismo**

O financiamento do terrorismo já era uma preocupação internacional antes dos ataques aos Estados Unidos em 11 de Setembro de 2001. Em resposta a esta preocupação, a ONU adoptou a Convenção Internacional para a Eliminação do Financiamento do Terrorismo (1999). Esta Convenção entrou em vigor em 10 de Abril de 2002, com 132 países signatários e 112 países ratificantes.

Esta Convenção impõe aos Estados ratificantes a criminalização do terrorismo, das organizações terroristas e dos actos terroristas. Nos termos da Convenção, é ilícito qualquer pessoa fornecer ou recolher fundos com a intenção de que os fundos sejam utilizados ou o conhecimento de que os fundos serão utilizados para a execução de qualquer dos actos de terrorismo definidos nas outras convenções especificadas e incluídas em anexo a esta Convenção.

- **Resolução 1373 do Conselho de Segurança**

Ao contrário de uma convenção internacional, uma Resolução aprovada pelo Conselho de Segurança, em resposta a uma ameaça à paz e à segurança internacional, nos termos do Capítulo VII da Carta da ONU, é vinculativa para todos os países membros da ONU. Em 28 de Setembro de 2001, o Conselho de Segurança da ONU adoptou a Resolução 1373, que obriga os países a criminalizar as acções de financiamento do terrorismo.

Além disso obriga os países a rejeitar todas as formas de apoio a grupos terroristas; eliminar a concessão de refúgio ou apoio a terroristas, bem como congelar os fundos ou bens das pessoas, organizações ou entidades envolvidas em actos terroristas; proibir a



prestação de auxílio activo ou passivo a terroristas; e cooperar com outros países em investigações penais e trocar informações sobre planos de actos terroristas.

### **2.2.5. Grupos internacionais que definem padrões normativos de prevenção e de detenção**

Para reagir branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, fenómenos de carácter transaccional, foram criados vários grupos internacionais com o objectivo de desenvolver e promover políticas, a nível nacional e internacional, de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo:

- **Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI)**

A acção do GAFI – criada em 1989 - traduz-se, essencialmente, na emissão de Recomendações Internacionais destinadas a prevenir e a reprimir esses crimes, as quais são consideradas *standards* internacionais nestas matérias, na avaliação mútua do grau de observância desses mesmos *standards* por parte dos respectivos membros, bem como na identificação de novos riscos e de metodologias de combate a estas actividades criminosas. Neste contexto, o GAFI emitiu, em 1990, "Quarenta Recomendações",<sup>13</sup> as quais foram já objecto de três revisões. Em 2012, data da última revisão, foram emitidas Recomendações Especiais sobre financiamento do terrorismo.

- **O Comité de Basileia de Supervisão Bancária**

O seu papel é o de formular padrões e orientações amplas de supervisão e fazer declarações de melhores práticas com recomendações sobre um amplo conjunto de questões de supervisão bancária. Estas normas e orientações são adoptadas na expectativa de que as autoridades competentes de cada país dêem todos os passos necessários para a respectiva aplicação, através das medidas estatutárias, regulamentares ou de outra natureza, mais adequadas ao sistema nacional. Três dos padrões de

---

<sup>13</sup> Ver Documentos do GAFI, As Quarenta Recomendações, em <http://www.fatfgafi.org/dataoecd/38/47/34030579.PDF>.

supervisão e orientações do Comité de Basileia referem-se a questões de branqueamento de capitais: i) declaração de Princípios sobre o Branqueamento de Capitais; ii) princípios Fundamentais para Bancos e; iii) vigilância relativa à clientela.

- **Grupo Egmont de Unidades de Informação Financeira**

As Unidades de informação Financeira – UIFs surgiram como parte dos esforços de combate ao branqueamento de capitais. Os governos criam organismos para analisar a informação apresentada pelas entidades e pessoas abrangidas pela obrigação de comunicação de actividades de branqueamento de capitais. Estas unidades servem como centros de coordenação para os programas nacionais de branqueamento de capitais, porque facilitam a troca de informação entre as instituições financeiras e as autoridades policiais. Como o branqueamento de capitais é praticado à escala mundial, também existe a necessidade de trocar informação a nível internacional. Em 1995, várias unidades governamentais hoje conhecidas como UIFs começaram a trabalhar em conjunto, formando assim o Grupo Egmont de Unidades de Informação Financeira (Grupo Egmont).

- **Grupo Wolfsberg de Bancos**

O Grupo Wolfsberg, criado na Suíça, é uma associação de 12 bancos globais, representando principalmente preocupações internacionais relacionadas com o *private banking*, e estabelece quatro conjuntos de princípios para o *private banking*: princípios anti-branqueamento de capitais para o *private banking*, declaração sobre a eliminação do Financiamento do Terrorismo, princípios Anti-Branqueamento de Capitais para Bancos Correspondentes, Monitorização, verificação e busca.

### **2.2.6. Consequências do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo na economia de um país**

**O branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo constitui uma problemática universal.** Pois, o êxito das iniciativas criminosas depende, em grande medida, do seu sucesso em ocultar as origens ou as fontes dos fundos e branquear os produtos, movimentando-os através dos sistemas financeiros nacionais e internacionais. A falta de um regime anti-branqueamento de capitais ou a sua existência com deficiência ou ainda a corrupção, num determinado país, oferecem aos criminosos e aqueles que financiam o terrorismo a oportunidade de actuar, utilizando os seus proventos financeiros para ampliar as suas acções criminosas e promover actividades ilegais, tais como a corrupção, o tráfico de drogas, o tráfico ilícito, a exploração de seres humanos, o tráfico de armas, o contrabando e o terrorismo.

Embora o branqueamento de capitais e os crimes subjacentes possam ocorrer em qualquer país, as suas consequências económicas e sociais são particularmente nos países em desenvolvimento, estes países são mais vulneráveis aos crimes de branqueamento de capitais e terrorismo.

O crime de branqueamento capital traz também consequências económicas e sociais significativas, sobretudo para o sistema financeiro, pois estes também são susceptíveis de ser perturbados por estas influências. Sendo assim, sempre que um país seja considerado um paraíso para o branqueamento de capitais, é provável que atraía os criminosos e promova a corrupção.

Normalmente um país considerado como paraíso para o branqueamento de capitais, apresentam: i) um regime frágil ABC/CFT; ii) muitos ou alguns tipos de instituições financeiras não abrangidos pelo sistema ABC/CFT; iii) uma aplicação limitada, fragilizada ou selectiva das disposições ABC/CFT e; iv) sanções ineficazes, incluindo disposições que torna difícil a declaração de perda.

Quando o branqueamento de capitais é frequente num país, dá origem a mais crimes e corrupção. Também faz com que aumente práticas de suborno, e isto é um ponto positivo para os criminosos. Pois a prática do suborno pode envolver desde os funcionários e a direcção das instituições financeiras, advogados, contabilistas, legisladores quando se fala de legisladores inclui-se também, as autoridades de aplicação da lei, autoridades de supervisão, autoridades policiais, Ministério Público, até os Tribunais.

O facto de um país ser considerado um paraíso para o branqueamento de capitais pode ter consequências negativas e graves para o seu desenvolvimento tais como: i) limitações das transacções financeiras por parte das instituições de crédito no estrangeiro; ii) aumento dos custos relativamente a análises mais detalhadas das operações e; iii) constrangimentos para os negócios e as empresas legítimas, podendo ser afectados pela redução de acesso aos mercados Mundiais, ou pelo aumento dos custos nesse acesso em consequência do exame mais detalhado sobre a titularidade, a organização e os sistemas de controlo.

Qualquer país conhecido pela falta na aplicação do regime ABC/CFT terá uma menor probabilidade de receber investimentos privados estrangeiros. No caso das nações em desenvolvimento, a elegibilidade para receber apoio de governos estrangeiros provavelmente será também seriamente restringida.

Deste modo, constatamos que o branqueamento de capitais é um grave problema mundial que afecta a sustentabilidade económica e o bem-estar dos cidadãos, com implicações tão diversas a saber: macro-económicas, micro-económicas e principalmente a nível financeiro, etc. Scott (2004:12).

- **Consequências a nível macro -económico**

Constituem consequências a nível macro-económico, nomeadamente as mudanças na procura de moeda, a volatilidade nas taxas de câmbios e juros (mobilidade de capital), o risco sistemático, os efeitos nocivos nas colectas de impostos e as bolhas especulativas.

As distorções artificiais nos preços de bens e de mercadorias originam problemas de recursos, aumentando a possibilidade de instabilidade monetária e económica. O fenómeno cria também via de evasão fiscal, privando os pais destas receitas. O facto de ter os recursos dedicados a investimentos estéreis, em vez de investimentos que promovam outros fins produtivos, reduz a produtividade da economia no seu conjunto. Uma empresa deste tipo não responde a procura do consumidor ou das outras utilizações legítimas e produtivas de capital.

- **Consequências a nível micro-económico**

As consequências a nível micro-económico destacam o seguinte: i) distorção da concorrência; ii) eliminação de empresas legítimas e substituição por outro (dumping, obras publicas e concessionárias).

Os branqueadores de capitais são conhecidos por utilizar empresas de fachadas, por exemplo empresas comerciais que apresentam ser legítimas e participar em negócios legítimos, mas que na realidade são controladas por criminosos. O acesso das em presas de fachadas aos fundos ilícitos permite-lhe subsidiar aos seus produtos e serviços, oferecendo-os a preço até inferior aos do mercado. Como consequências as empresas legítimas têm dificuldade em competir com essas empresas de fachada, cujo único fim e preservar e proteger os fundos ilícitos, e não propriamente gerar lucros.

- **Consequências a nível Financeiro**

O branqueamento de capitais pode prejudicar a solidez de um sistema financeiro de um País, bem como a instabilidade das instituições financeiras individuais de várias formas. As consequências negativas, geralmente consideradas como riscos de reputação, operacionais, legais e de concentração estão relacionadas. Cada um desses riscos tem os seus custos específicos, a saber: i) perda de negócios lucrativos; ii) problemas de

liquidez causadas pela reiterada de fundos; iii) cancelamento de acordo de correspondências bancárias; iv) Custo de investigação e multa; v) apreensão de activos e; vi) prejuízos de empréstimos e diminuição de valor das acções das instituições financeiras.

O risco de reputação traduz-se no potencial que a publicidade negativa das práticas de negócio e associação de um banco, seja ou não verdadeira, causa uma perda de confiança na integridade da instituição. Os clientes tanto tomadores de empréstimo como os depositantes e investidores, deixam de fazer negócios com uma instituição cuja reputação tenha sido prejudicado por suspeitas ou alegações de branqueamento de capitais. Além disso, os fundos depositados por branqueadores de capitais não oferecem estabilidade como fonte de financiamento. Enormes montantes de fundos branqueados são muitas vezes levantados inesperadamente de uma instituição financeira através de transferências ou de financiamento de terrorismo. A perda de tomadores de empréstimos de alta qualidade reduz a rentabilidade das operações de crédito e aumenta o risco da carteira de crédito. Os depositantes podem também retirar os seus fundos, reduzindo, por esta via, uma fonte de financiamento de baixo custo para o banco.

Além disso, os fundos depositados por branqueadores de capitais num banco não oferecem estabilidade como fonte de financiamento. Enormes montantes de fundos branqueados são muitas vezes levantados inesperadamente de uma instituição de crédito através de transferências electrónicas ou de outro tipo, causando potenciais problemas de liquidez. (Scott, 2004:15).

#### **2.2.7. Criminalização, comunicações de operações suspeitas do financiamento do terrorismo e organizações sem fins lucrativas**

Os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos realçaram a importância da prevenção, da detecção e da eliminação do financiamento do terrorismo e de actos terroristas por parte da comunidade internacional. Em Outubro de 2001, o

GAFI alargou o seu mandato para tratar da luta contra o financiamento de actos terroristas e de organizações terroristas e deu um passo importante ao adoptar as Oito (posteriormente alargadas para nove) Recomendações Especiais sobre o Financiamento do Terrorismo. Incluem-se nessas recomendações especiais medidas de congelamento e a perda de bens pertencentes a autores de actos de terrorismo e a quem apoie e financie grupos e organizações terroristas, o dever de comunicação de transacções suspeitas de terem algum tipo de conexão com o terrorismo, o reforço dos deveres de prevenção do branqueamento de capitais (em especial do dever de identificação) no âmbito das operações de transferência de fundos e, naturalmente, a criminalização do financiamento do terrorismo.

#### **a) Criminalização do financiamento do terrorismo e do branqueamento de capitais associado**

A segunda das **recomendações especiais sobre financiamento do terrorismo** contém dois elementos, os quais exigem que cada país: criminalize o financiamento do terrorismo, de actos terroristas e das organizações terroristas; e estabeleça as infracções terroristas como infracções subjacentes ao branqueamento de capitais.

#### **b) Comunicações de operações suspeitas relacionadas com o terrorismo**

De acordo com a quarta recomendação especial, as instituições financeiras que “suspeitem, ou tiverem motivos razoáveis para suspeitar, que os fundos estão ligados, associados ou que podem ser utilizados para o terrorismo, actos terroristas ou organizações terroristas” devem comunicar, de imediato, as suas suspeitas às autoridades competentes.

#### **c) Organizações sem fins lucrativos**

De acordo com a oitava recomendação especial, cada país deve examinar a adequação das suas leis e regulamentos relativas às organizações sem fins lucrativos, com o intuito de determinar se podem ser utilizadas para o financiamento do terrorismo. Em

particular, um país deve garantir que as suas organizações sem fins lucrativos não podem ser usadas indevidamente:

- Por organizações terroristas que se apresentem como entidades legítimas;
- Para explorar entidades legítimas como meio de financiamento do terrorismo, nomeadamente com o propósito de evitar medidas de congelamento de activos; ou
- Para dissimular ou ocultar o desvio de fundos destinados a fins legítimos para organizações terroristas.



## **Capítulo III: Legislação sobre Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo em Cabo Verde**

---

### **3.1. Legislação aplicável**

Em Cabo Verde, os enquadramentos normativos mais relevantes sobre esta matéria são os seguintes:

- Lei n.º 78/IV/93, de 12 de Julho – define os crimes de consumo e tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas;
- Lei n.º 38/VII/2009, de 27 de Abril (que revoga a Lei n.º 17/VI/2002, de 16 de Dezembro) – que estabelece medidas destinadas a prevenir e reprimir o crime de lavagem de capitais, bens, direitos e valores;
- Instrução Técnica E – 1250.18.1.1 anexa à Circular Série “A”, n.º 149 de 2009/11/04 do Banco de Cabo Verde (BCV) sobre Lavagem de Capitais, para aplicação pelas seguintes entidades que, para efeitos da Instrução Técnica atrás referida, são designadas por “entidades financeiras”: i) instituições de crédito, instituições financeira internacionais e para - bancárias, que tenham a sua sede no território cabo-verdiano; ii) entidades que explorem o serviço público de correios, na medida em que prestem serviços financeiros e; iii) sucursais, agências e outras formas de representação das entidades referidas na alínea anterior, situadas em território cabo-verdiano, que tenham a sua sede no estrangeiro;
- Lei n.º 27/VIII/2013, de 21 de Janeiro - estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva contra o terrorismo e o seu financiamento.

### **3.2. Prevenção de Lavagem de Capitais no Sector Bancário e Financeiro**

De acordo com o artigo 4º da Lei n.º 38/VII/2009, de 27 de Abril, atribuiu ao Banco de Cabo Verde, enquanto entidade de supervisão do sistema bancário e financeiro, o poder de editar regras de boa prática bancária com o propósito de combater a lavagem de capitais e de outros bens, bem como de acompanhar e fiscalizar a aplicação das regras e medidas de prevenção da lavagem no sector bancário e financeiro.

### **3.3. Principais medidas de prevenção sobre branqueamento de capitais**

Conforme o art. 5º da Lei n.º 38/VII/2009, de 27 de Abril, estão obrigadas ao cumprimento dos deveres previstos as entidades:

- a) Sujeitas à supervisão do Banco de Cabo Verde, nomeadamente, as instituições de crédito, sociedades financeiras, instituições «*offshore*» financeiras, seguradoras, casas de câmbio e sociedades de entrega rápida de valores em numerário;
- b) Sujeitas à supervisão da entidade que exerce a supervisão de Jogos, nomeadamente, entidades que exploram jogos de fortuna ou azar, lotarias, apostas mútuas e promotores de jogos de fortuna ou azar;
- c) Os comerciantes de bens de elevado valor unitário, nomeadamente, entidades que se dediquem ao comércio de penhores, de metais preciosos e de veículos luxuosos;
- d) Que exerçam actividades de mediação imobiliária ou de compra e venda de imóveis para revenda;
- e) Os advogados, solicitadores, notários, conservadores dos registos, auditores, contabilistas e consultores fiscais, quando intervenham ou assistam, a título profissional, em operações de:
  - i. Compra e venda de bens imóveis;
  - ii. Gestão de fundos, valores mobiliários ou outros activos pertencentes a clientes;
  - iii. Gestão de contas bancárias, de poupança ou de valores mobiliários.

- **Dever de identificação e verificação da identidade (n.º 1, art. 8º da Lei n.º 38/VII/2009, de 27 de Abril)**

As entidades financeiras devem identificar os seus clientes, regulares ou ocasionais e verificar as suas identidades sempre que com eles estabeleçam qualquer relação de negócio, nomeadamente a abertura de contas de depósito, cadernetas de poupança, transferências internas ou internacionais de fundos, câmbio de moeda, prestação de serviços de guarda de valores, prestação de garantias, venda de apólices de seguros, ou transacção de títulos de qualquer tipo.

- **Dever de diligência continuada e acrescida (art. 9º e n.º 1 e 2, art. 14º da Lei n.º 38/VII/2009, de 27 de Abril)**

As entidades financeiras devem exercer uma atenção continuada sobre a relação de negócio e examinar de perto as transacções executadas, de molde a assegurar que são consistentes com o seu conhecimento do cliente, as suas actividades comerciais e o seu perfil de risco e, quando exigível, a origem dos seus fundos.

As entidades financeiras devem prestar especial atenção à identificação do cliente e à natureza das operações que, pela sua frequência, volume inusitado, estrutura complexa, ou aparente falta de finalidade de natureza económica ou legal, levantem suspeitas de se encontrarem ligadas à prática dos crimes previstos na presente lei.

Nos casos previstos no número anterior as entidades financeiras, para além da identificação, devem inteirar-se da origem e destino dos fundos e da verdadeira natureza da operação, não devendo referir ao cliente as suas suspeitas.

- **Recusa de realização das operações e suspensão de execução da operação (art. 13º e n.º 1, art. 21º da Lei n.º 38/VII/2009)**

Em caso de ausência de identificação do cliente ou do representado ou beneficiário efectivo, nos casos previstos na presente lei, a entidade financeira deve recusar a operação pretendida.

As entidades financeiras, podem, quando haja receio do desaparecimento dos fundos, sem informar o cliente, suspender a execução de quaisquer operações que fundadamente suspeitem estar relacionadas com a prática dos crimes previstos no art. 24º da Lei n.º 38/VII/2009 e informar desse facto a UIF.

- **Dever de conservação de documentos (art. 15º da Lei n.º 38/VII/2009)**

As entidades financeiras devem conservar, sob qualquer forma de suporte, cópias dos seguintes documentos:

- a) Demonstrativos da identidade dos clientes, beneficiários e representados, fichas de abertura de contas de depósito e correspondência relacionada, durante, pelo menos, o período de cinco anos a seguir ao encerramento da conta ou ao fim da relação de negócio;
- b) Cópias dos registos relativos às transacções executadas, de molde a permitir a reconstituição das transacções, bem como os relatórios escritos referidos neste diploma, durante o período de cinco anos a seguir à execução da transacção.

As entidades financeiras, sempre que solicitadas, devem fornecer cópias dos documentos referidos no número 1 às autoridades competentes e à UIF, para efeitos de investigação do crime de lavagem de capitais.

- **Dever especial de colaboração e de informação (art. 20º e n.º 1, art. 19º da Lei n.º 38/VII/2009)**

As entidades financeiras devem informar imediatamente a UIF, nomeadamente por fax ou correio electrónico, logo que saibam ou fundadamente suspeitem que quaisquer fundos ou bens que recebam ou se encontrem inscritos nos seus livros são provenientes dos crimes previstos no art. 24º da Lei n.º 38/VII/2009, de 27 de Abril, ou sempre que tenham conhecimento de quaisquer factos que possam constituir indícios da prática daqueles crimes.

As entidades financeiras devem fornecer ao juiz ou ao Ministério Público, quando estes o ordenarem, informações, documentos, como quaisquer outros objectos que tiverem na sua posse, que sejam necessárias à instrução do processo por crime de lavagem de capitais e de outros bens provenientes de actividades criminosas, ou que devam ser congelados ou apreendidos, afastando a obrigação de sigilo bancário.

- **Organização interna anti-lavagem (n.º 1, art. 17º da Lei n.º 38/VII/2009)**

As entidades financeiras devem desenvolver e aplicar programas de prevenção de lavagens de capitais, que deverão, pelo menos, incluir o seguinte:

- a) Políticas internas, procedimentos e controlos, incluindo adequados procedimentos de observância regulatória (“*compliance*”) e processos adequados de avaliação com vista a assegurar elevados padrões de recrutamento de pessoal;
- b) Formação continuada de funcionários e empregados, de molde a permitir-lhes reconhecer transacções e acções que possam estar relacionadas com a lavagem de capitais, dando-lhes esclarecimento sobre como actuar nesses casos;
- c) Procedimentos de auditoria interna para verificar a conformidade, observância regulatória e efectividade das medidas tomadas para aplicar este diploma.

### **3.4. Terrorismo e seu financiamento**

Embora em Cabo Verde a problemática do terrorismo seja ainda uma questão sem relevância, a legislação Cabo-verdiana teve a preocupação, antecipando, de abordar um conjunto de aspectos sobre esta matéria, nomeadamente sobre Organizações terroristas, Financiamento do terrorismo e Prevenção e Repressão.

- **Organizações terroristas**

Conforme n.º 1, art. 2º da Lei n.º 27/VIII/2013, de 21 de Janeiro, considera-se grupo, organização ou associação terrorista todo o agrupamento de duas ou mais pessoas que, actuando concertadamente, visem ofender ou pôr em perigo a independência ou a integridade territorial do país, destruir, alterar ou subverter o Estado de direito democrático constitucionalmente consagrado, ou, ainda, criar um clima de agitação ou perturbação social ou forçar a autoridade pública a praticar um acto, a abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique, ou a intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral, mediante:

- a) Crime contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas;
- b) Crime contra a segurança dos transportes e das comunicações, incluindo as informáticas, telegráficas, telefónicas, de rádio ou de televisão;
- c) Crime de produção dolosa de perigo comum, através de incêndio, explosão, libertação de substâncias radioactivas ou de gases tóxicos ou asfixiantes, de inundação ou avalanche, desmoronamento de construção, contaminação de alimentos e águas destinadas a consumo humano ou difusão de doença, praga, planta ou animal nocivos;
- d) Actos que destruam ou que impossibilitem o funcionamento ou desviem dos seus fins normais, definitiva ou temporariamente, total ou parcialmente, meios ou vias de comunicação, instalações de serviços públicos ou destinadas ao abastecimento e satisfação de necessidades vitais da população;
- e) Investigação e desenvolvimento de armas biológicas ou químicas;
- f) Crimes que impliquem o emprego de energia nuclear, armas de fogo, biológicas ou químicas, substâncias ou engenhos explosivos, meios incendiários de qualquer natureza, encomendas ou cartas armadilhadas, sempre que, pela sua natureza ou pelo contexto em que são cometidos, estes crimes sejam susceptíveis de afectar gravemente o Estado ou a população que se visa intimidar.

- **Financiamento do terrorismo (n.º1, art. 6º da Lei n.º 27/VIII/2013)**

Quem, por quaisquer meios, directa ou indirectamente, fornecer, recolher ou detiver fundos ou bens de qualquer tipo, bem como produtos ou direitos susceptíveis de ser transformados em fundos, com a intenção de serem utilizados ou sabendo que podem ser utilizados, total ou parcialmente, no planeamento, na preparação ou para a prática dos factos previstos no número 1 do artigo 2º, ou praticar estes factos com a intenção referida no número 1 do artigo 3º ou no número 1 do artigo 4º, é punido com pena de prisão de 8 a 15 anos.

- **Prevenção e repressão (art. 19º da Lei n.º 27/VIII/2013)**

Às infracções previstas nos artigos 2º a 6º da Lei n.º 27/VIII/2013, de 21 de Janeiro é aplicável, com as devidas adaptações, o regime de prevenção e repressão da lavagem de capitais previsto na Lei n.º 38/VII/2009, de 27 de Abril.

### **3.5. A Unidade de Informação Financeira (UIF)**

De acordo com as recomendações do GAFI, segundo o qual “os países devem criar uma Unidade de Informação Financeira que sirva como centro nacional para receber, requerer, analisar e transmitir declarações de operações financeiras e outras informações relativas a actos susceptíveis de constituírem lavagem de capitais ou financiamento ao terrorismo”, foi criado pelo Decreto-Lei n.º 1/2008, de 14 de Janeiro, e funcionou na altura junto do Banco de Cabo Verde.

Actualmente, com a revisão da lei, passou a funcionar junto do Ministério Justiça, sendo de destacar dois deveres fundamentais dessa unidade:

- **O Dever de prestar Informação (n.º1 do art. 4º, de Decreto-Lei n.º 9/2012, de 20 de Março)**

A UIF deve comunicar ao Procurador-Geral da República, mediante relatório, todas as comunicações de operações que façam suspeitar da prática de crime de lavagem de capitais, bens, direitos e valores e crime de financiamento ao terrorismo.

- **O Dever de colaboração e cooperação (n.º1 e 2 do art. 5º, do Decreto-Lei n.º 9/2012, de 20 de Março)**

A UIF pode solicitar informações a quaisquer entidades públicas ou privadas para desempenho das suas atribuições, ressalvando os limites legais relativos a dados pessoais. Quaisquer autoridades públicas ou privadas devem colaborar com a UIF para o desempenho das suas atribuições.

### **3.5.1. Atribuições**

De acordo com o n.º 1 do art. 3º, do Decreto-Lei n.º 9/2012, de 20 de Março, são atribuições da UIF, receber, analisar e difundir informação relativa a suspeita de lavagem de capitais e financiamento do terrorismo.

Segundo n.º 2 do art. 3º do mesmo Decreto-Lei, no cumprimento das suas funções compete, ainda especialmente à UIF:

- a) Receber, analisar e difundir as informações requeridas e recebidas ao abrigo da Lei n.º 38/VII/2009, de 27 de Abril, devendo criar e manter uma base de dados relativa às mesmas informações e análises;
- b) Exercer as competências de instruções e decisão previstas na Lei n.º 38/VII/2009, de 27 de Abril e demais leis;
- c) Apoiar, quando solicitada, as autoridades judiciais e os órgãos de polícia criminal, bem como todas as entidades com competências de prevenção ou repressão do crime de lavagem de capitais ou do crime financiamento ao terrorismo, designadamente através da cedência de dados e da prestação de apoio técnico-pericial;



- d) Colaborar na elaboração e revisão das orientações contra a lavagem de capitais e financiamento ao terrorismo;
- e) Promover e executar acções de divulgação e educação do público em geral em matéria de prevenção e combate ao crime de lavagem de capitais e ao crime de financiamento ao terrorismo;
- f) Apresentar ao Procurador-Geral da República e ao membro do Governo responsável pela área de Justiça um relatório genérico sobre as actividades desenvolvidas pela UIF, respeitante a cada semestre.

## Capítulo IV: Análise dos Resultados do Estudo

---

### 4.1. Dados e metodologia

Este estudo sobre controlo e prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo no sector bancário em Cabo Verde tem como objectivo aferir o estado de desenvolvimento deste sector, em termos de controlo e prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (BC/FT), nomeadamente perceber qual o nível de preparação existente, nessa altura, para fazerem face às 40 recomendações do GAFI e identificar a evolução existente no sector desde 2009 nesta temática, sobretudo após a entrada em vigor da Lei n.º 38/VII/2009, de 27 de Abril.

Este estudo prático foi feito com base nos seguintes elementos:

#### - Aplicação do inquérito por questionário

Este estudo teve como suporte o inquérito por questionário, contendo vinte questões, dirigidas a oito organizações do sector bancário Cabo-Verdiano, nomeadamente aos responsáveis de gabinete de *compliance*. O questionário ficou disponível para preenchimento dos participantes no segundo mês do primeiro trimestre de 2013.

#### - Definição da população-alvo e da amostra

Para este trabalho, o universo estatístico corresponde à totalidade dos bancos existentes em Cabo Verde. Entretanto, sendo uma população-alvo muito reduzida, decidiu-se que não há necessidade de constituir uma amostra de bancos, ou seja, trabalhar com a população-alvo no todo.

#### - Instrumento de recolha de dados

O instrumento de recolha de dados utilizado neste trabalho consiste num questionário estruturado (aplicação web *free online survey*). O questionário utilizado neste trabalho encontra-se no apêndice I. É constituído por duas partes que integram um total de 20 perguntas, conforme descritas a seguir:

- I Parte – Identificação da organização/instituição – incluem questão sobre a identificação do departamento/gabinete.
- II Parte – Dados da organização/instituição – referem-se às questões relativas a gestão da função, custos de *compliance*, políticas, processos e procedimentos, avaliação baseada no risco da actividade, pessoas politicamente expostas, monitorização de operação/transacções, monitorização dos sistemas e controlos, formação e impactos da legislação e regulamento.

#### **- Tratamento de dados**

Os dados deste trabalho foram tratados no programa estatístico *Statistical Package for the Social Science* (SPSS), versão 15.0. Inicialmente, foi criado um ficheiro no SPSS, de acordo com a estrutura do questionário e com a população-alvo. Posteriormente, procedeu-se à digitação e a verificação da coerência dos dados. De seguida, foram produzidas as tabelas no SPSS e gráficos no Microsoft Excel 2010.

A análise dos resultados baseia-se essencialmente no seguinte procedimento estatísticos:

- Técnicas descritivas – produção de tabelas de frequências (simples, percentagem e cruzamentos de variáveis) e gráficos.

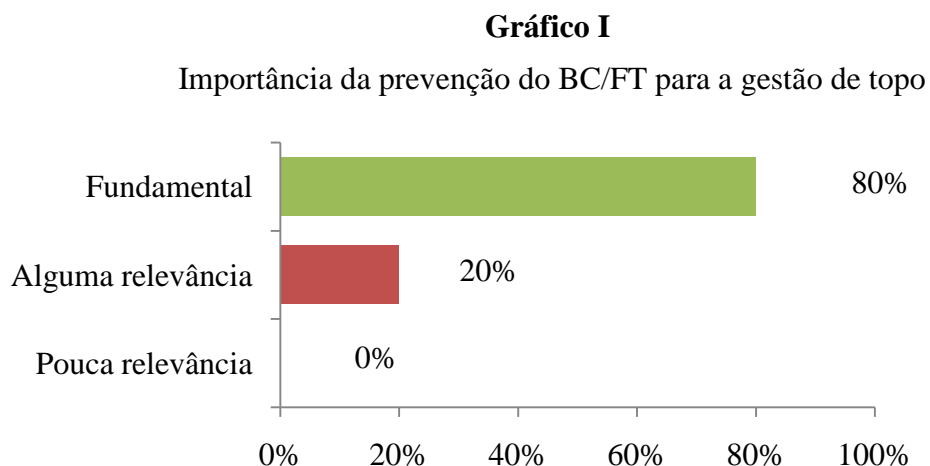
#### **4.2. Análise de dados**

Do universo de oito bancos inqueridos cinco (62%) responderam o questionário. A análise recai sobre as respostas dadas as seguintes questões pertinentes sobre o BC/FT:

##### **a) Gestão da Função**

O estudo apresentado revela que as organizações do sector bancário consideram que o tema da prevenção do BC/FT tem uma importância fundamental para a organização, contando por isso com uma participação activa da gestão de topo. A percentagem das

organizações que considera importância fundamental é de 80%, não tendo existido nenhuma organização a referir que esta temática tem pouca relevância para a organização.



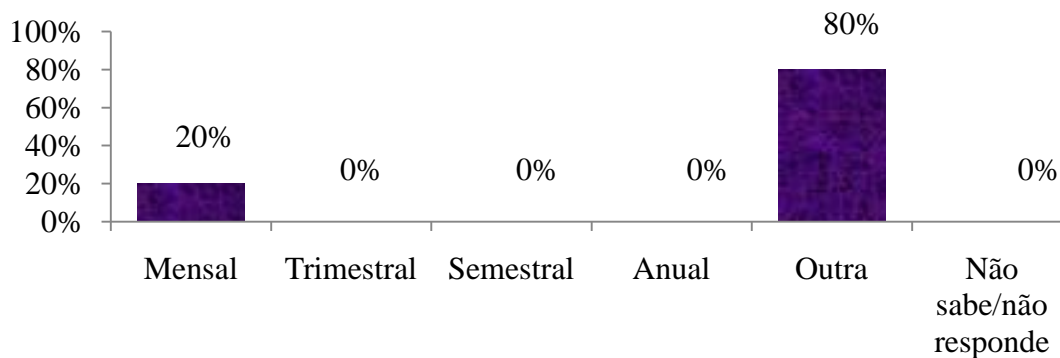
**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Aparentemente, ao analisarmos de uma forma directa o gráfico da Figura 2, existe pouca percentagem de Organizações que se reúne mensal com a gestão de topo para abordar a temática da prevenção e detecção do BC/FT, dado que 20% dos inquiridos neste estudo referiram fazê-lo mensal.

No entanto, numa análise mais detalhada, deve-se também considerar que os 80% dos inquiridos que responderam na categoria “Outra”, reuniam-se com a gestão de topo para debater esta temática sem uma periodicidade definida, ou seja, sempre que for necessário ou se justificasse.

**Gráfico II**

Periodicidade de debate da temática da prevenção do BC/FT com a gestão de topo



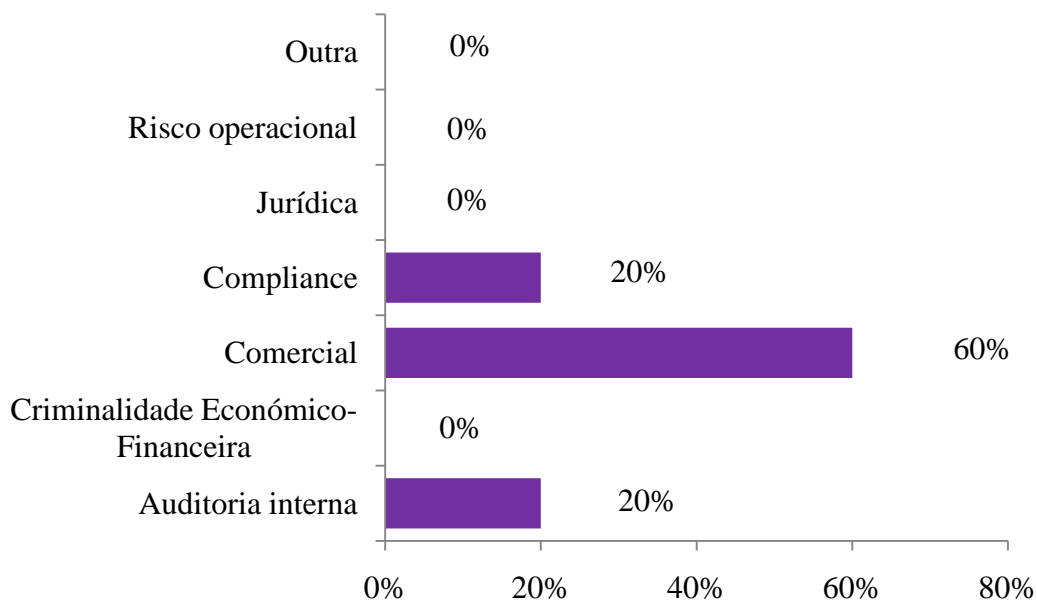
**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Para a totalidade das Organizações que responderam a este inquérito, o tema da prevenção de BC/FT encontra-se sob a responsabilidade da área de *Compliance* (100%).

Verifica-se que as áreas com as quais existe uma maior sinergia no tratamento de temas relacionados com a prevenção do BC/FT são as Áreas Comerciais (60%), Auditoria Interna (20%) e *Compliance* (20%).

### Gráfico III

Áreas com as quais existem as maiores sinergias na prevenção do BC/FT



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

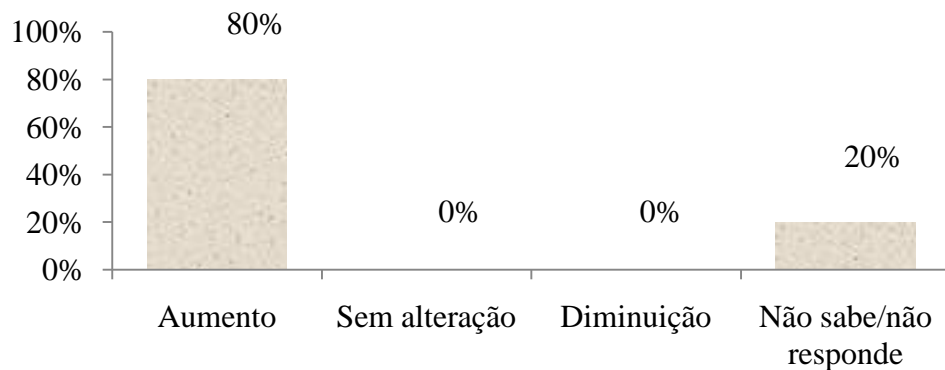
#### b) Custos de *Compliance*

Nos últimos quatros anos verificou-se um acréscimo dos custos com a prevenção do BC/FT em 80% dos casos.

Salienta-se, no entanto, o facto de nenhuma das Organizações do Sector ter respondido que os custos relacionados com a prevenção do BC/FT reduziram nos últimos quatros anos.

**Gráfico IV**

Variação dos custos com a prevenção do BC/FT



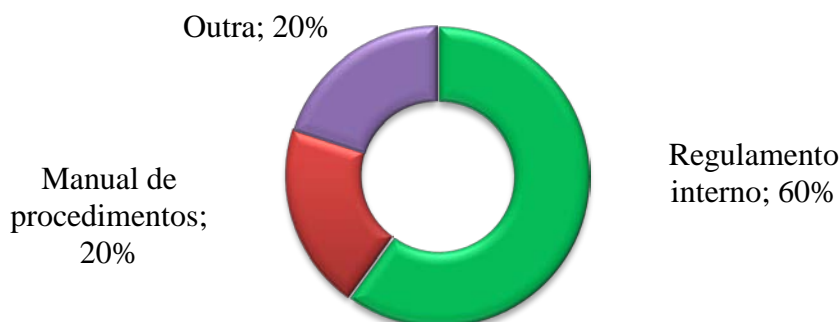
**Fonte:** Elaborado pelo autor.

### c) Políticas, Processos e Procedimentos

Quanto à forma como estas políticas, processos e procedimentos estão documentadas, 60% dos inquiridos referiram que o fazem através de Regulamentos Internos e 20% através Manuais de Procedimentos e restante percentagem através de Outras formas. Quando foi perguntado quais os meios preferenciais para divulgação das políticas, processos e procedimentos na Organização, a formação (100%) foi o único meio referido.

**Gráfico V**

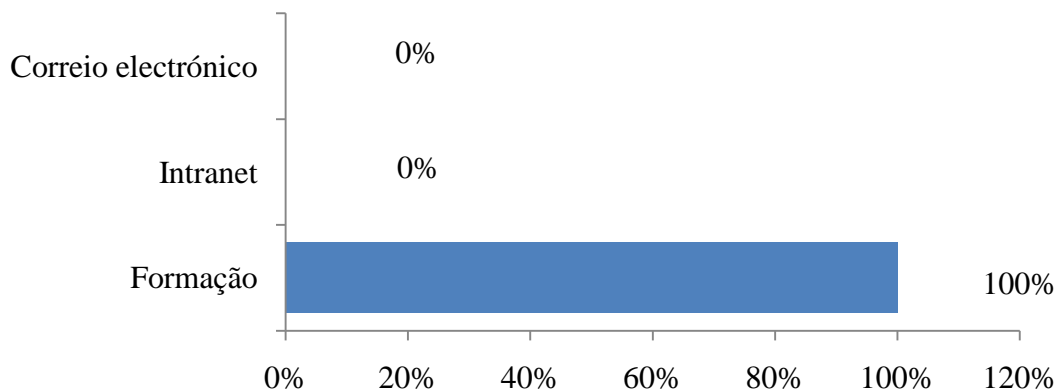
Como se encontram definidas as políticas, processos e procedimentos da área responsável pela prevenção do BC/FT?



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

**Gráfico VI**

Quais os meios preferenciais utilizados para a divulgação das políticas, processos e procedimentos relativos à prevenção de BC/FT?



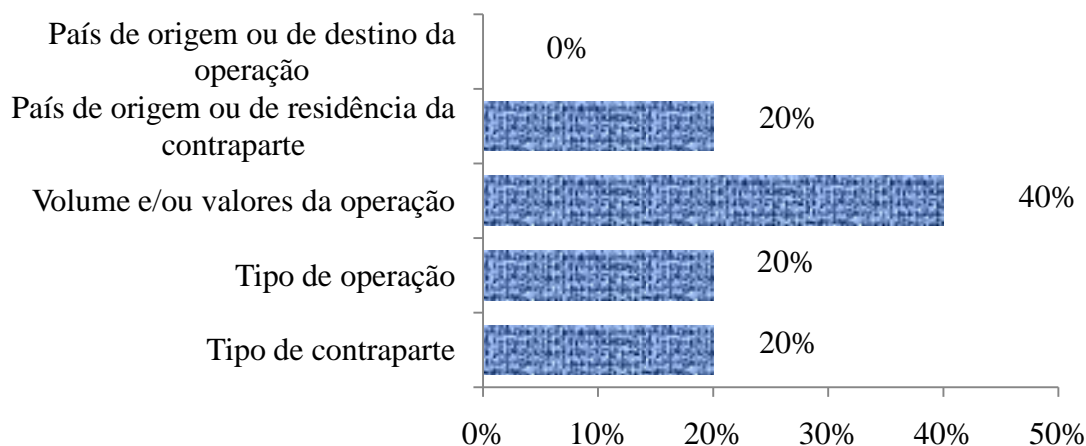
**Fonte:** Elaborado pelo autor.

#### **d) Avaliação Baseada no Risco da Actividade *Know Your Counterpart* (KYC)**

Ao analisar-se a Figura 7, podemos constatar que nos últimos quatros anos o volume e/ou valores da operação, tipo de contraparte, tipo de operação e o país de origem/residência da contraparte eram os factores que se destacavam na avaliação do risco efectuada.

**Gráfico VII**

Variáveis ponderadas na avaliação de risco das contrapartes



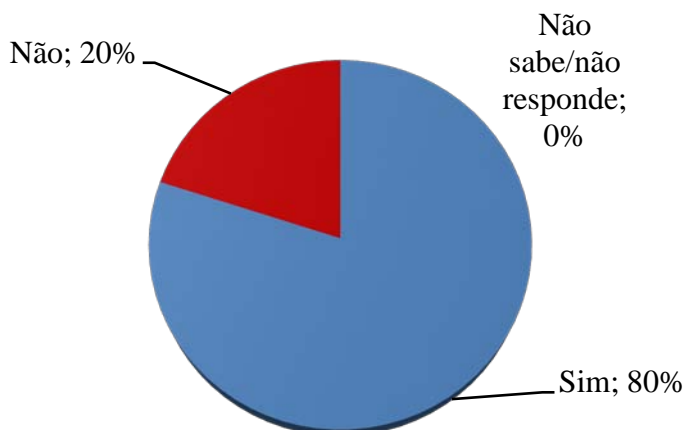
**Fonte:** Elaborado pelo autor.



A percentagem de organizações que teve um processo de actualização de dados de contrapartes, é de 80%.

**Gráfico VIII**

Existência de algum projecto de actualização de dados de contrapartes

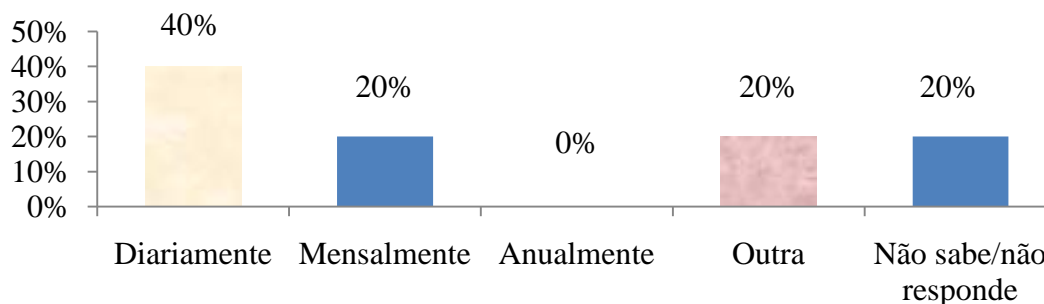


**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Quanto à periodicidade com que esta actividade é executada, 40% responderam que o faziam diariamente e 20% disseram que o faziam mensalmente. Na opção “Outra” estão enquadradas cerca de 20% de organizações que referiram efectuar esta actividade apenas quando a relação com o cliente é iniciada ou sempre que existam actualizações nas listas de terroristas.

**Gráfico IX**

Periodicidade de confronto das bases de dados de contrapartes com listas de terroristas



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

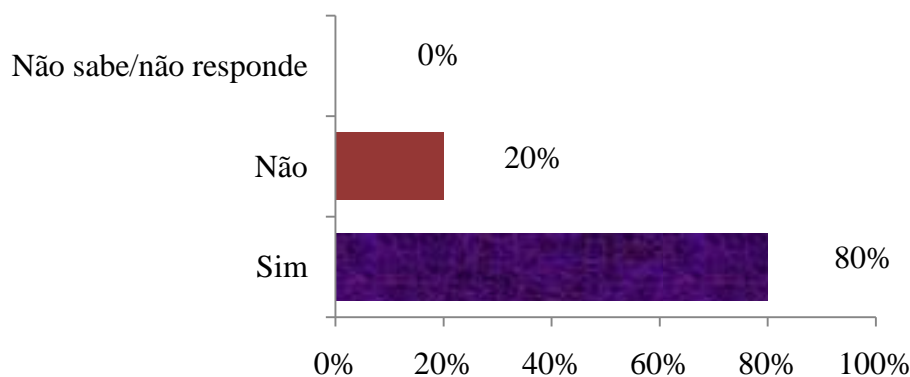
### e) Pessoas Politicamente Expostas (PEP)

Este tipo de contraparte, tal como se encontra definido, é constituído por pessoas singulares que desempenham, ou desempenharam até há um ano, altos cargos de natureza política ou pública, bem como os membros próximos da sua família e pessoas que reconhecidamente tenham com elas estreitas relações de natureza societária ou comercial.

Existe 80% das organizações que referem possuir políticas, processos e procedimentos específicos para identificar e monitorizar as PEP.

**Gráfico X**

Existência de políticas, processos e procedimentos específicos que permitam identificar e monitorizar Pessoas Politicamente Expostas (PEP)



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

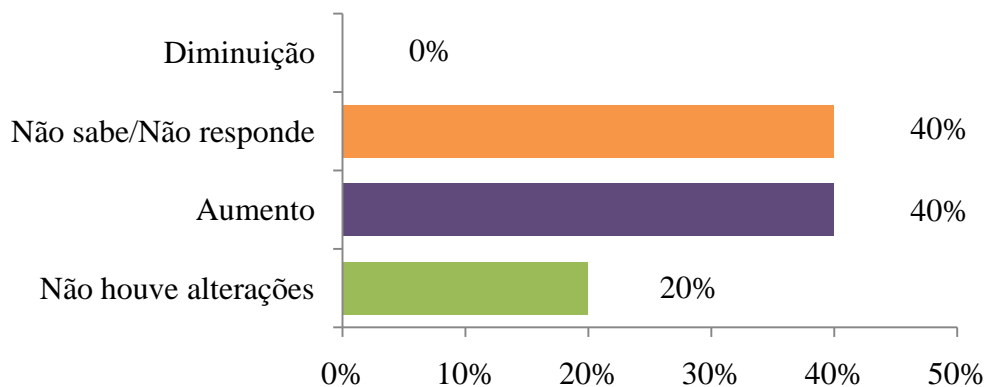
### f) Monitorização de Operações/ Transacções

As instituições bancárias a operar no mercado nacional desenvolveram os seus sistemas de monitorização de transacções para identificar transacções suspeitas utilizando um conjunto diferenciado de metodologias para o efeito.

O estudo revela que 40% dos inquiridos referem ter assistido nos últimos quatro anos a um aumento do número de informações ou operações suspeitas reportadas e 40% afirmam que “não sabe/ não responde” a essa questão.

**Gráfico XI**

Impacto no número de informações ou operações suspeitas reportadas

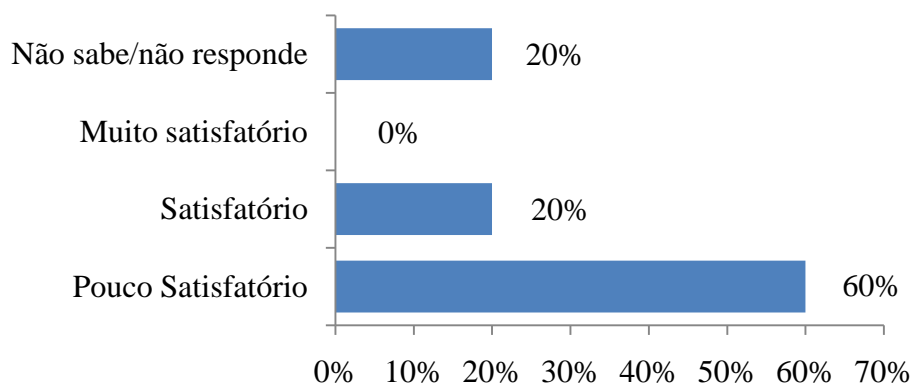


**Fonte:** Elaborado pelo autor.

No que se refere ao *feedback* recebido da UIF, 20% dos bancos afirmam ser “Satisfatório”, enquanto para 60% este é “Pouco Satisfatório” e 20% não expressou opinião.

**Gráfico XII**

Qualidade do feedback da Unidade de Informação Financeira



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

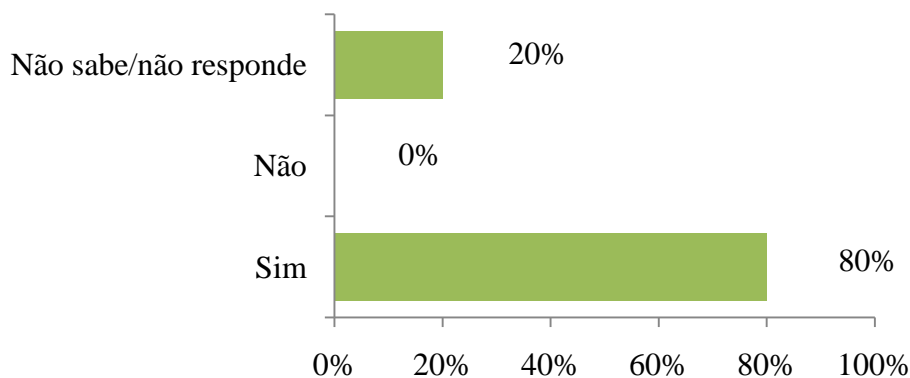
### g) Monitorização dos Sistemas e Controlos

A avaliação e monitorização dos controlos implementados pelas organizações nos seus diversos processos de negócio, constitui um factor essencial para garantir que os objectivos da organização fossem atingidos. Desta forma, os sistemas e controlos existentes na organização ao nível da prevenção do BC/FT devem também ser alvo de avaliação e monitorização.

A percentagem de organizações do sector que referem possuir um programa de monitorização e verificação de eficiência dos sistemas e controlos aplicáveis à prevenção do BC/FT, sendo este valor de 80%.

**Gráfico XIII**

Existência de um programa de monitorização e verificação da eficiência dos sistemas e controlos

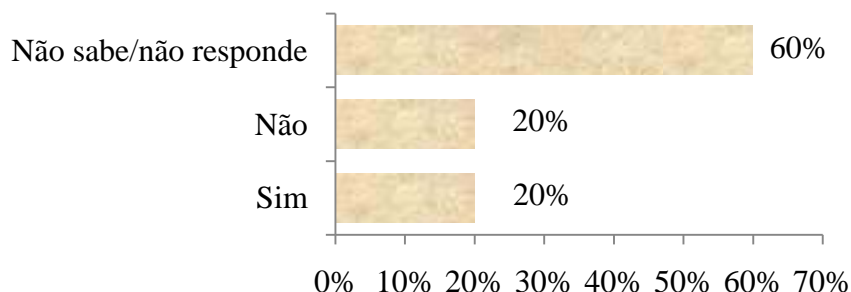


**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Este estudo revela também que existem 60% das organizações que, apesar de referirem terem implementado o programa acima mencionado, “Não sabe/não responde” se realizam periodicamente testes à eficácia dos respectivos controlos.

**Gráfico XIV**

O programa é sujeito regularmente a testes de efectividade?



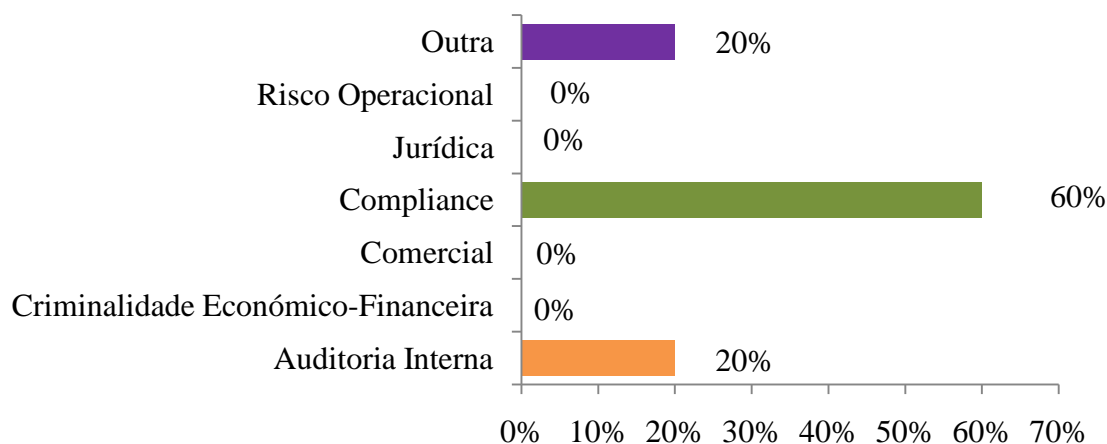
**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Verificou-se que para 20% das instituições que possuem um programa de monitorização e verificação da eficiência dos sistemas e controlos este é efectuado pela função de Auditoria Interna, o que se enquadra no papel da função de Auditoria Interna como terceira linha de defesa no modelo de governo das organizações.

Existem ainda 60% das organizações que consideram que é a função de *Compliance* que tem o papel mais preponderante no programa de monitorização e verificação da eficiência dos sistemas e controlos.

**Gráfico XV**

Principal área com papel preponderante relativamente à monitorização e verificação da eficiência dos sistemas e controlos



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

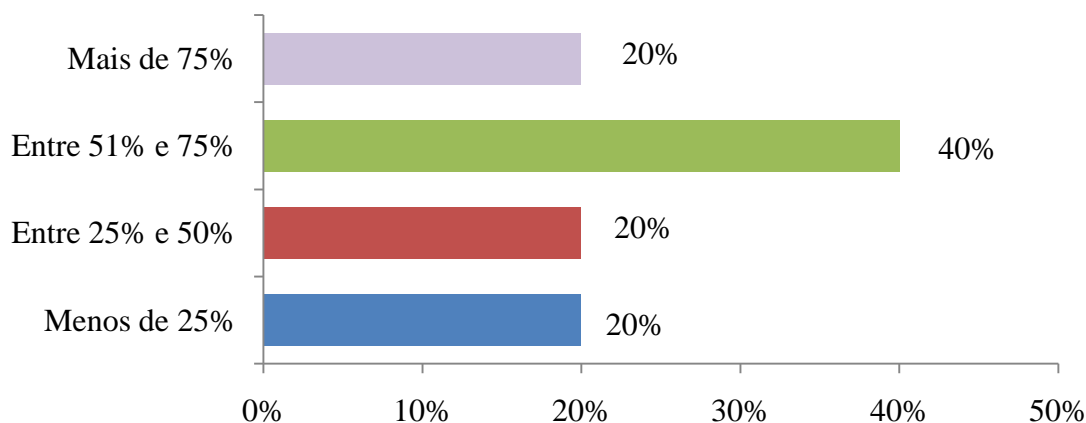
## h) Formação

A temática da prevenção do BC/FT, considerando a sua especificidade, complexidade e necessidade de constante actualização, exige um investimento significativo por parte das instituições na consciencialização e a formação de colaboradores relativamente a este tema.

Como se pode ver no gráfico abaixo, 40% das instituições afirmam ter formado entre 51% e 75% dos colaboradores da organização.

**Gráfico XVI**

Percentagem de colaboradores com formação em prevenção de BC/FT

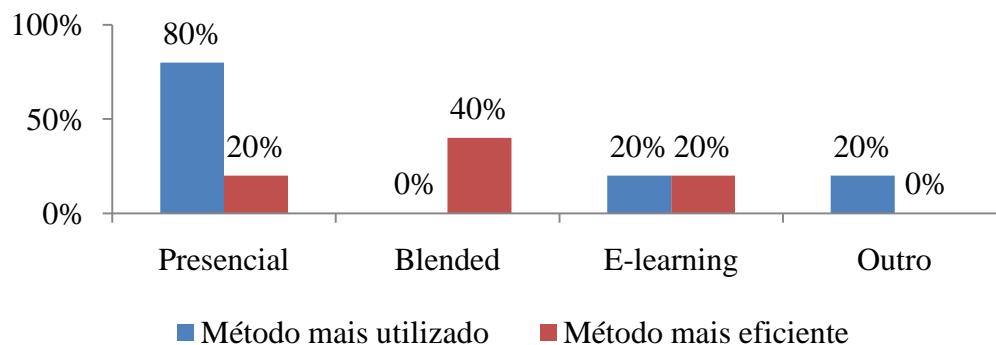


**Fonte:** Elaborado pelo autor.

No presente estudo cerca de 80% afirmam utilizar o método presencial, ainda que o método blended é considerado o mais eficiente para 40% dos participantes. A formação recorrendo ao método de e-learning é referida como a mais utilizada e eficiente por 20% dos inquiridos.

**Gráfico XVII**

Método de formação mais utilizado e mais eficiente



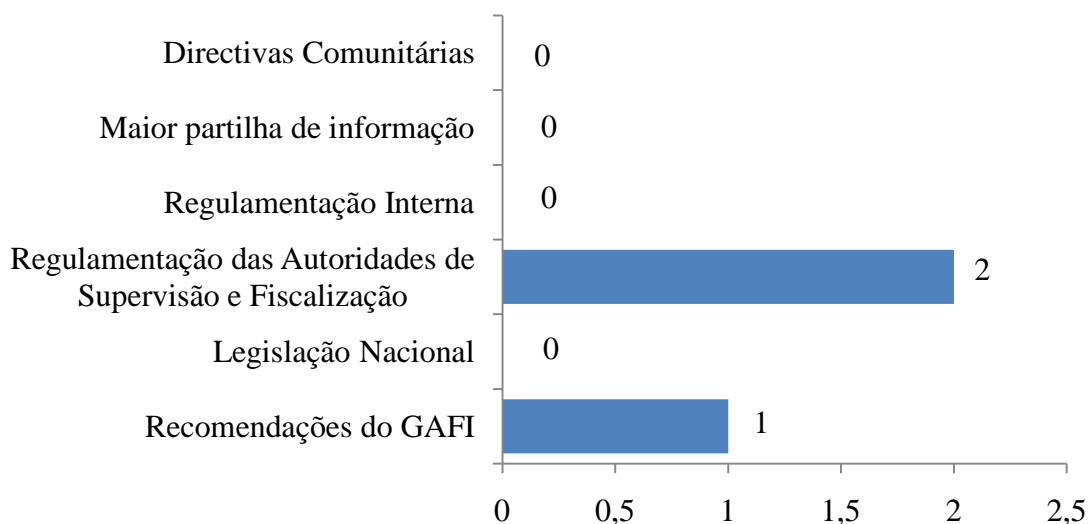
**Fonte:** Elaborado pelo autor.

### i) Impacto da Legislação e Regulamentação

As instituições bancárias que responderam a este estudo consideram que, em termos de prevenção do BC/FT, a regulamentação emanada por parte das Autoridades de Supervisão e Fiscalização teve um impacto elevado para o sector.

**Gráfico XVIII**

Impacto dos requisitos regulamentares no sector bancário



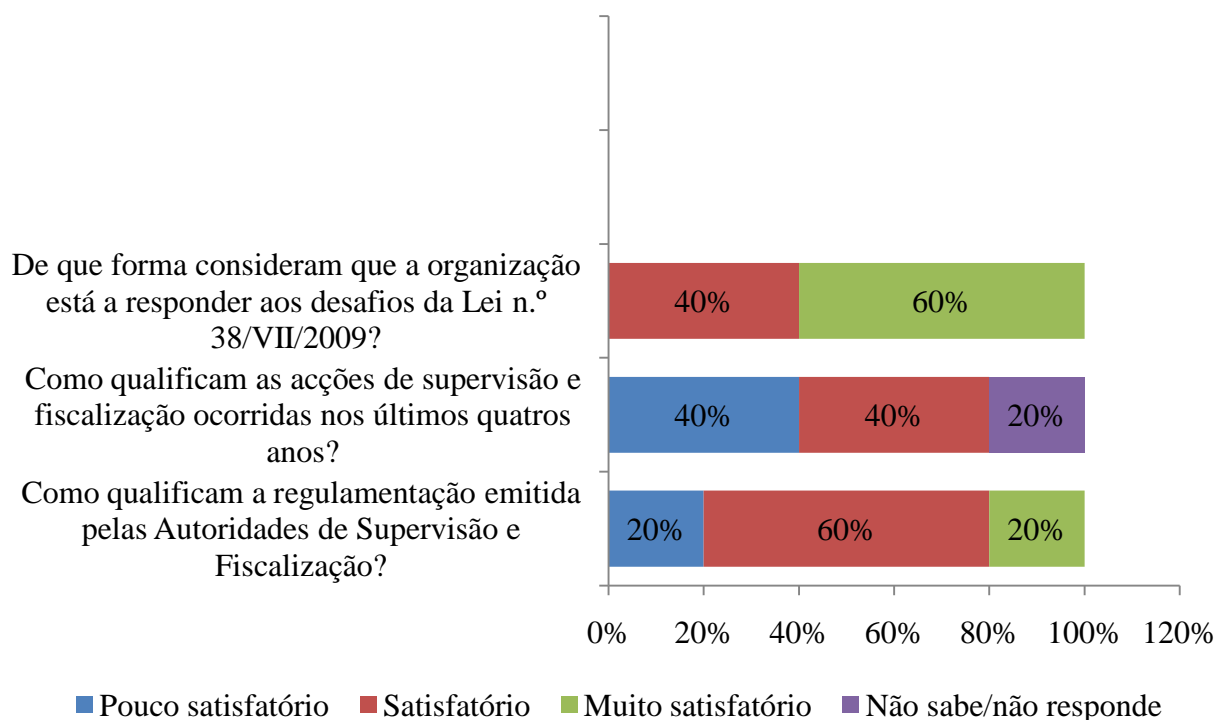
**Obs:** 0 (zero) – Impacto Nulo; 2,5 – Impacto Elevado

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Todas as organizações que responderam a este estudo consideram que a respectiva organização está a responder de forma satisfatória ou muito satisfatória aos desafios da Lei n.º 38/VII/2009, de 27 de Abril.

### Gráfico XIX

#### Impacto da Legislação e Regulamentação



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Quanto às acções de supervisão e fiscalização, ocorridos nos últimos quatro anos, cerca de 80% dos participantes consideram-nas como satisfatórias ou pouco satisfatórias. Existem, contudo, 20% das organizações que não deram suas opiniões.

A percentagem de satisfação por parte das organizações participantes relativamente à regulamentação emitida pelas Autoridades de Supervisão e Fiscalização é de 80%. Existem 20% das organizações que consideram o trabalho realizado por estas entidades ao nível da regulamentação sobre prevenção do BC/FT como pouco satisfatória.



## Capítulo V: Conclusão e Discussão

---

### 5.1. Conclusão e discussão

O fenómeno do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo apresenta-se como um dos mais graves problemas com que a comunidade internacional se depara já a algumas décadas. Os caminhos escolhidos para o combater centram-se no seu controlo, prevenção e repressão, contudo os resultados não denotaram grandes melhorias, o que se deve, em parte, à crescente globalização da economia com um acréscimo de operações comerciais, muitas delas sujeitas ao sigilo bancário e, ainda, ao facto de, a maioria das acções de BC/FT serem protagonizadas por poderosas organizações criminosas, dotadas de meios muito mais sofisticados que os Estados que os pretendem combater – o que lhes permite contornarem as medidas de detecção de operações ilícitas criadas pelos Estados. E não é difícil, com meios adequados, escaparem a medidas de controlo porquanto o leque das formas de branqueamento é alargado.

Para aferir o estado de desenvolvimento do sector bancário em Cabo Verde, em termos de controlo e prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (BC/FT), nomeadamente perceber qual o nível de preocupação e preparação existente para fazer face às recomendações existentes em relação à estes fenómenos e identificar o progresso feito no sector a partir 2009, sobretudo após a entrada em vigor da Lei n.º 38/VII/2009, de 27 de Abril, foram inqueridos oito bancos, dos quais cinco (62%) responderam o questionário, donde, após uma análise minuciosa das respostas às questões essenciais colocadas sobre o BC/FT, saíram as seguintes conclusões:

- O tema da prevenção de BC/FT encontra-se sob a responsabilidade da área de *Compliance* (100%), e as áreas com as quais existe uma maior sinergia são Comerciais (60%), Auditoria Interna (20%) e *Compliance* (20%);

- 60% das organizações consideram que a função de *Compliance* tem o papel mais preponderante no programa de monitorização e verificação da eficiência dos sistemas e controlos;
- Das organizações do sector bancário 80% consideram que o tema da prevenção do BC/FT tem uma importância fundamental para a organização, contando por isso com uma participação activa da gestão de topo. Nenhuma das organizações inqueridas referiu que esta temática tem pouca relevância para a organização;
- Para debater a temática da prevenção e detecção do BC/FT todos os inqueridos reúnem-se com a gestão de topo - 20% reúnem-se mensalmente e 80% sempre que for necessário ou se justifique;
- Verifica-se, em 80% dos casos, um acréscimo dos custos com a prevenção do BC/FT;
- Dos inquiridos 60% referiram que as políticas, os processos e procedimentos estão documentados através de Regulamentos Internos e 20%, através dos Manuais de Procedimentos, e restante percentagem (20%), através de Outras formas;
- A formação (100%) é o único meio referido, e preferencial, para divulgação das políticas, processos e procedimentos na Organização;
- Na avaliação do risco da actividade efectuada (KYC), nos últimos quatros anos, o volume e/ ou valores da operação, tipo de contraparte, tipo de operação e o país de origem/residência da contraparte são os factores que se destacam, sendo, em termos de periodicidade, 40% responderam que o fazem diariamente e 20% disseram que o fazem mensalmente;
- Na opção “Outra”, cerca de 20% das organizações referem efectuar esta actividade apenas quando a relação com o cliente é iniciada ou sempre que existam actualizações nas listas de terroristas;
- 80% das organizações referem possuir políticas, processos e procedimentos específicos para identificar e monitorizar as PEP - Pessoas Politicamente Expostas;
- Nos últimos quatros anos, 40% dos inquiridos referem ter assistido a um aumento do número de informações ou operações suspeitas reportadas e 40% afirmam que “não sabe/ não responde” a essa questão;

- 80% das organizações do sector referem possuir um programa de monitorização e verificação de eficiência dos sistemas e controlos aplicáveis à prevenção do BC/FT;
- 60% das organizações que, apesar de referirem terem implementado o programa acima mencionado, “Não sabe/não responde” se realizam periodicamente testes à eficácia dos respectivos controlos;
- Verificou-se que para 20% das instituições que possuem um programa de monitorização e verificação da eficiência dos sistemas e controlos este é efectuado pela função de Auditoria Interna;
- 40% das instituições afirmam ter formado entre 51% e 75% dos colaboradores da organização;
- Todas as organizações que responderam à este estudo consideram que a respectiva organização está a responder de forma satisfatória ou muito satisfatória aos desafios da Lei n.º 38/VII/2009, de 27 de Abril, e que a regulamentação emanada por parte das Autoridades de Supervisão e Fiscalização teve um impacto elevado para o sector.

Considerando as respostas dos participantes neste estudo, verifica-se que, no sector bancário, nos últimos quatro anos, existe um esforço considerável no âmbito de controlo e prevenção de branqueamento de capitais e do combate ao financiamento do terrorismo, nomeadamente:

- Importância atribuída pela gestão de topo ao tema da prevenção do BC/FT;
- Avaliação de contrapartes baseada no risco;
- Existência de procedimentos específicos para a identificação de PEP; e
- Existência de programa de monitorização e verificação da eficiência dos sistemas e controlos;
- Aumento do número de informações ou operações suspeitas reportadas ;
- Ainda de referir, não obstante a pressão actual existente ao nível da redução de custos, devido à crise financeira e económica, houve no sector bancário fortes investimentos a nível de processo de controlo e prevenção do BC/FT (aumento de custos de *compliance*), traduzindo assim numa maior eficiência;

- A percentagem de satisfação por parte das organizações participantes relativamente à regulamentação emitida pelas Autoridades de Supervisão e Fiscalização é de 80%.

Daí, e em resposta a pergunta de partida, pode-se afirmar que o sector bancário Cabo-Verdiano, para além de estar preparado, vem cumprindo de forma aceitável com as medidas de controlo e prevenção ao combate dos fenómenos de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

No entanto, há um conjunto de desafios a considerar com vista a melhoria de alguns aspectos, nomeadamente alinhamento com as boas práticas e standards internacionais, dos quais se destacam:

- Abordagem Baseada no Risco – apesar de terem existido melhorias ao nível da avaliação de contrapartes baseada no risco, torna-se necessário que esta abordagem seja cada vez mais considerada transversalmente a toda a temática da prevenção do BC/FT (processos, procedimentos, operações e monitorização de sistemas e controlos);
- Monitorização de sistemas e controlos – para além de existirem programas de monitorização e verificação de eficiência dos sistemas e controlos relativos à prevenção do BC/FT, são necessários que sejam realizados testes de eficácia a estes controlos por um cada vez maior número de organizações;
- Com base nas respostas dos inqueridos, é de notar que se deve fazer mais e melhor nos serviços da UIF para responder face as exigências/demandas do sector;
- Por fim, considerando a forte componente humana em algumas das actividades relacionadas com a prevenção do BC/FT (detecção de transacções suspeitas, investigação de operações, revisão de excepções, etc), continua a ser fundamental que a formação contínua dos colaboradores e a consciencialização/sensibilização de toda a organização para este tema permaneça na agenda da gestão de topo.

## Referências Bibliográficas

---

AMARAL, Dr. Ricardo José de Almeida - **O Branqueamento De Capitais E A Derrogação Do Segredo Bancário - Implicações da má fé nas várias responsabilidades.** Verbo Jurídico ®. Faculdade De Direito Da Universidade De Coimbra (2003-2004), Fevereiro 2007. [Consult. 5 de Janeiro de 2013]. Disponível em <http://www.verbojuridico.pt|.eu|.net|.org|.com/>.

BEUREN, I. M. Trajectória da construção de um trabalho monográfico em contabilidade. In:

BEUREN, I. M. (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade:** teoria e prática. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CABO VERDE. **Decreto-Lei n.º 9/2012, de 20 de Março** – regula a organização, competência e funcionamento da Unidade de Informação Financeira, abreviadamente UIF, Praia 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 27/VIII/2013, de 21 de Janeiro** - estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva contra o terrorismo e o seu financiamento, Praia, 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 78/IV/93, de 12 de Julho** – define os crimes de consumo e tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, Praia, 1993.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 38/VII/2009, de 20 de Abril** – que estabelece medidas destinadas a prevenir e reprimir o crime de lavagem de capitais, bens, direitos e valores, Praia, 2009.

GAFI - Grupo de Acção Financeira sobre o Branqueamento de Capitais - **Branqueamento de Capitais.** [Consult. em 18 de Janeiro 2013]. Disponível em [http://www.fatfgafi.org/document/29/0,2340,en\\_32250379\\_32235720\\_33659613\\_1\\_1\\_1,00.html#Whatismoneylaundering](http://www.fatfgafi.org/document/29/0,2340,en_32250379_32235720_33659613_1_1_1,00.html#Whatismoneylaundering).

GAFI - Grupo de Acção Financeira sobre o Branqueamento de Capitais – **Financiamento do Terrorismo**. [Consult. em 18 de Janeiro 2013]. Disponível em [http://www.fatfgafi.org/pages/0,2966,en\\_32250379\\_32236947\\_1\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.fatfgafi.org/pages/0,2966,en_32250379_32236947_1_1_1_1_1,00.html).

GAFI - Grupo de Acção Financeira sobre o Branqueamento de Capitais – **As Recomendações Especiais 2001**. [Consult. em 18 de Janeiro 2013]. Disponível em <http://www.fatf-gafi.org/dataoecd/46/48/34274813.PDF>.

GAFI - Grupo de Acção Financeira sobre o Branqueamento de Capitais – **As Quarentas Recomendações 2003**. [Consult. em 18 de Janeiro 2013]. Disponível em <http://www.fatf-gafi.org/dataoecd/38/47/34030579.PDF>.

GODINHO, Jorge Alexandre – **Do Crime De Branqueamento De Capitais**. Coimbra: Livraria Almedina, 2001, ISBN 155178/00 p.49-114.

IFB – Instituto de Formação Bancária – **Formação em Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo** para [aandrade@bcn.cv](mailto:aandrade@bcn.cv). 28 de Junho 2012. [consult. 28 de Junho 2012]. Comunicação pessoal.

KETELE, J. e ROGIERS, X. (1993) - **Metodologia da recolha de dados - fundamentos dos métodos de observações, de questionários, de entrevistas, e de estudos de documentos**. Lisboa. Instituto Piaget.

KPMG Advisory - Consultores de Gestão, S.A. **Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo em Portugal**. II Estudo KPMG/UIF 2010, Dezembro 2010.

LOURENÇO, Januário – **Branqueamento de Capitais**. Universidade Coimbra, 2002. [Consult. 04 de Dezembro de 2012]. Disponível em [WWW.<URL//www.verbojuridico.net/>](http://WWW.<URL//www.verbojuridico.net/>).

MINK, Gisele Fernandes Cardoso – **Lavagem de Dinheiro**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro - Instituto de Economia, Maio 2005. 58 p. Monografia.

ONU – Organização das Nações Unidas - **Convenção Internacional das Nações Unidas para a Eliminação do Financiamento do Terrorismo (1999)**. [Consult. em 19 de Janeiro 2013]. Disponível em <http://www.un.org/law/cod/finterr.htm>.

ONU – Organização das Nações Unidas - **Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional (2000) (A Convenção de Palermo)**. [Consult. em 19 de Janeiro 2013]. Disponível em <http://www.undcp.org/adhoc/palermo/convmain.html>.

ONU – Organização das Nações Unidas - **Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas (1988) (Convenção de Viena)**. [Consult. em 19 de Janeiro 2013]. Disponível em <http://www.incb.org/e/conv/1988/>.

ONU – Organização das Nações Unidas - **Lista dos países membros**. [Consult. em 19 de Janeiro 2013]. Disponível em [http://www.unodc.org/unodc/treaty\\_adherence.html](http://www.unodc.org/unodc/treaty_adherence.html).

ONU - Organização das Nações Unidas – Rede Internacional de Informações sobre o Branqueamento de Capitais - **Programa Global das Nações Unidas contra o Branqueamento de Capitais**. [Consult. em 19 de Janeiro 2013]. Disponível em <http://www.imolin.org/imolin/gpml.html>.

PEREIRA, A. (1999). SPSS – **Guia prático de utilização – Análise de Dados para Ciências Sociais e Psicologia**, Lisboa, Edições Sílabo.

POCINHO, M. e FIGUEIREDO, J.P. (2004) - **Métodos e Técnicas de Investigação Científica**. Escola Superior Tecnologia da Saúde de Coimbra, Portugal.

RODRIGUES, Susana Maria da Silveira Machado - **O Branqueamento de Capitais e a Droga**. Lisboa: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Dezembro de 2010. 119 p. Dissertação (Mestre em Contabilidade). Orientadora Professora Doutora Maria Manuela Rebelo Duarte, Professora Coordenadora de Contabilidade e Dr. Arménio Fernandes Breia, professor adjunto na área de Finanças.

SCHOTT, Paul Allan - **Guia de Referência Anti-Branqueamento de Capitais e de Combate ao Financiamento do Terrorismo**, Segunda Edição e Suplemento sobre a Recomendação Especial IX. Banco Mundial, Abril de 2005. 295 p.

TAVARES, Leidiva Frederico Silva - **Instituições de crédito: mecanismo de prevenção contra Branqueamento de Capitais: Caso Específico Banco Interatlântico**. Praia: Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, Novembro 2008. 64 p. Monografia (Bacharelado em Economia e Gestão). Orientador Mestre Inácio Vera Cruz.



## Apêndice

### QUESTIONÁRIO

#### O engajamento dos bancos na luta contra o branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo

Este questionário tem a finalidade de estudar e avaliar o engajamento dos bancos na luta contra o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, com o objectivo de permitir a elaboração do trabalho de fim de curso ministrado pelo ISCEE. Neste sentido, é imprescindível que as suas respostas sejam sinceras. A confidencialidade das suas respostas será integralmente respeitada.

#### I Parte – Identificação da organização/instituição:

1.1. Identificação do departamento/gabinete:

#### II Parte – Dados da empresa

##### 2.1. Gestão da função

2.1.1. Importância do controlo e prevenção do BC/FT para a gestão de topo?

2.1.2. Periodicidade de debate da temática do controlo e prevenção do BC/FT com a gestão de topo?

2.1.3. Áreas com as quais existem as maiores sinergias no controlo e prevenção do BC/FT?

##### 2.2. Custos de *compliance*

2.2.1. Variação dos custos com a prevenção do BC/FT?

## 2.3. Políticas, processos e procedimentos

2.3.1. Como se encontram definidas as políticas, processos e procedimentos da área responsável pela prevenção do BC/FT?

2.3.2. Meios preferenciais utilizados para a divulgação das políticas, processos e procedimentos relativos à prevenção de BC/FT?

## 2.4. Avaliação baseada no risco da actividade (KYC)

2.4.1. Variáveis ponderadas na avaliação de risco das contrapartes?

2.4.2. Existência de algum projecto de actualização de dados de contrapartes?

2.4.3. Periodicidade de confronto das bases de dados de contrapartes com listas de terroristas?

## 2.5. Pessoas politicamente expostas (PEP)

2.5.1. Existência de políticas, processos e procedimentos específicos que permitam identificar e monitorizar Pessoas Politicamente Expostas (PEP)?

## 2.6. Monitorização de operações/transacções

2.6.1. Impacto no número de informações ou operações suspeitas reportadas?

2.6.2. Qualidade do feedback da Unidade de Informação Financeira?

## 2.7. Monitorização dos sistemas e controlos

2.7.1. Existência de um programa de monitorização e verificação da eficiência dos sistemas e controlos?

2.7.2. O programa é sujeito regularmente a testes de efectividade?

2.7.3. Principal área com papel preponderante relativamente à monitorização e verificação da eficiência dos sistemas e controlos?

## 2.8. Formação

2.8.1. Percentagem de colaboradores com formação em controlo e prevenção de BC/FT?

2.8.2. Método de formação mais utilizado e mais eficiente?

	Método mais utilizado	Método mais eficiente
Presencial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Blended	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
E-Learning	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## 2.9. Impacto da legislação e regulamentação

2.9.1. Impacto dos requisitos regulamentares no Sector Bancário?

## 2.9.2 Impacto da Legislação e Regulamentação?

	Pouco satisfatório	Satisfatório	Muito satisfatório	Não sabe/Não responde
Como qualificam a regulamentação emitida pelas autoridades de supervisão e fiscalização?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Como qualificam as acções de supervisão e fiscalização ocorridas nos últimos quatro anos?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
De que forma consideram que a organização está a responder aos desafios da Lei n.º 38/VII/2009?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## Anexos

---

### Anexo I

#### **Convenções Contra o Terrorismo da Organização das Nações Unidas referidas na Convenção Internacional para a Eliminação do Financiamento do Terrorismo**

1. Convenção para a Repressão da Captura Ilícita de Aeronaves, assinada em Haia em 16 de Dezembro de 1970.
2. Convenção para a Repressão de Actos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, assinada em Montreal em 23 de Setembro de 1971.
3. Convenção sobre a Prevenção e Repressão de Infracções contra Pessoas Gozando de Protecção Internacional, incluindo Agentes Diplomáticos, adoptada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 14 de Dezembro de 1973.
4. Convenção Internacional contra a Tomada de Reféns, adoptada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 17 de Dezembro de 1979.
5. Convenção sobre a Protecção Física dos Materiais Nucleares, adoptada em Viena em 3 de Março de 1980.
6. Protocolo para a Repressão de Actos Ilícitos de Violência nos Aeroportos ao Serviço da Aviação Civil Internacional, complementar à Convenção para a Repressão de Actos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, assinada em Montreal em 24 de Fevereiro de 1988.
7. Convenção para a Supressão de Actos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima, assinada em Roma em 10 de Março de 1988.
8. Protocolo para a Supressão de Actos Ilícitos contra a Segurança das Plataformas Fixas localizadas na Plataforma Continental, assinada em Roma em 10 de Março de 1988.
9. Convenção Internacional para a Repressão de Atentados Terroristas a Bomba, adoptada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 15 de Dezembro de 1997.

## **Anexo II**

### **As Nove Recomendações Especiais Sobre o Financiamento do Terrorismo**

Reconhecendo a vital importância de se adoptarem medidas para combater o financiamento do terrorismo, o GAFI aprovou estas Recomendações, que, combinadas com as Quarenta Recomendações do GAFI sobre a Lavagem de Dinheiro, formam a estrutura básica para detectar, prevenir e suprimir o financiamento do terrorismo e de actos terroristas.

#### **I. Ratificação e implementação dos instrumentos das Nações Unidas**

Cada país deveria adoptar medidas imediatas para ratificar e implementar em sua totalidade a Convenção Internacional das Nações Unidas para a Supressão do Financiamento do Terrorismo, de 1999. Os países também deveriam implementar imediatamente as resoluções das Nações Unidas relativas à prevenção e supressão do financiamento de actos terroristas, particularmente a Resolução 1373 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

#### **II. Tipificando o financiamento do terrorismo e a lavagem de dinheiro associada**

Cada país deveria tipificar o financiamento do terrorismo, de actos terroristas e de organizações terroristas. Os países deveriam assegurar-se que tais crimes sejam designados como crimes antecedentes à lavagem de dinheiro.

#### **III. Congelando e confiscando activos de terroristas**

Cada país deveria implementar medidas para congelar sem demora fundos ou outros activos de terroristas, daqueles que financiam terroristas e organizações terroristas, de acordo com as resoluções das Nações Unidas relacionadas à prevenção e supressão do financiamento de actos terroristas.

Cada país também deveria adoptar e implementar medidas, inclusive legislativas, que permitam as autoridades competentes sequestrar e confiscar bens que sejam provenientes, utilizados ou que se pretenda utilizar ou destinar para o financiamento do terrorismo, de actos terroristas ou de organizações terroristas.

#### **IV. Comunicando operações suspeitas relacionadas ao terrorismo**

Se as instituições financeiras, ou outras actividades ou entidades sujeitas ao cumprimento dos deveres contra a lavagem de dinheiro, suspeitarem ou tiverem fundamentos razoáveis para suspeitar que fundos são ligados ou relacionados, ou que serão utilizados no terrorismo, em actos terroristas ou em organizações terroristas, deveria ser exigido que elas comuniquem imediatamente suas suspeitas às autoridades competentes.

#### **V. Cooperação internacional**

Cada país deveria conceder a outro país, com base num tratado, acordo ou outro mecanismo de assistência judiciária mútua ou de intercâmbio de informações, a maior medida possível de assistência em relação à aplicação de leis criminais, civis, e a investigações, inquéritos e procedimentos administrativos relativos ao financiamento do terrorismo, de actos terroristas e de organizações terroristas.

Os países também deveriam adoptar todas as medidas possíveis para assegurar que eles não forneçam abrigo seguro a indivíduos acusados de financiamento do terrorismo, de actos terroristas ou de organizações terroristas, e deveriam ter procedimentos em vigor para extraditar, quando for possível, tais indivíduos.

#### **VI. Remessas alternativas**

Cada país deveria adoptar medidas para assegurar que as pessoas físicas ou jurídicas, inclusive agentes, que prestarem um serviço de transmissão de dinheiro ou valor, inclusive a transmissão através de um sistema ou rede de transferência informal de dinheiro ou valor, sejam autorizadas ou registradas e sujeitas a todas as recomendações do GAFI que se aplicam a bancos e instituições financeiras não bancárias. Cada país deveria assegurar que as pessoas físicas ou jurídicas que prestarem tal serviço ilicitamente estejam sujeitas a sanções administrativas, civis ou criminais.

#### **VII. Transferências electrónicas**

Os países deveriam adoptar medidas para exigir das instituições financeiras, inclusive as que remetem dinheiro, a inclusão de informações precisas e significativas sobre o remetente (nome, endereço e número da conta) em transferências de fundos e

mensagens relacionadas que forem enviadas, e que estas informações permaneçam com a transferência ou mensagem relacionada em toda a cadeia de pagamento.

Os países deveriam adoptar medidas para assegurar que as instituições financeiras, inclusive as que remetem dinheiro, façam um exame minucioso e monitorem as transferências de fundos de actividades suspeitas que não contenham informações completas sobre o remetente (nome, endereço e número da conta).

### **VIII. Entidades sem fins lucrativos**

Os países deveriam revisar a adequação das leis e regulamentos que se relacionarem com entidades que possam ser usadas indevidamente no financiamento ao terrorismo. As entidades sem fins lucrativos são particularmente vulneráveis, e os países deveriam assegurar que elas não sejam usadas indevidamente:

- i) Por organizações terroristas que se apresentem como entidades legítimas;
- ii) Para explorar entidades legítimas como canal para o financiamento do terrorismo, inclusive com o propósito de escapar das medidas de congelamento de activos;
- iii) Para esconder ou ocultar o desvio clandestino de fundos destinados a propósitos legítimos para organizações terroristas.

### **Recomendação Especial IX**

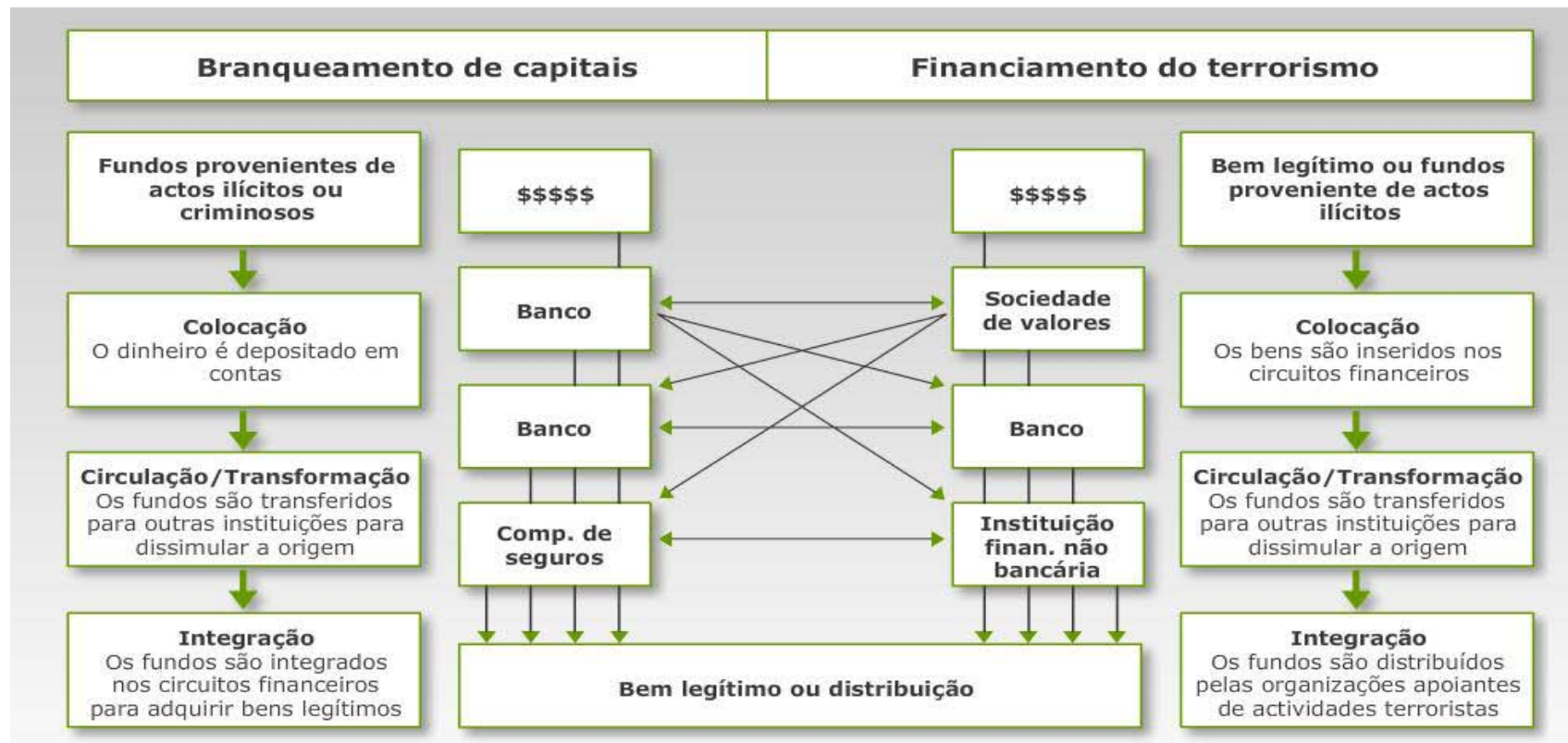
Os países deveriam aprovar medidas para detectar o transporte físico transfronteiriço de divisas e de outros instrumentos negociáveis ao portador, inclusive um sistema de declaração ou qualquer outro dever de comunicação.

Os países deveriam assegurar que suas autoridades competentes disponham de poderes para bloquear ou restringir as divisas ou outros instrumentos negociáveis ao portador que forem suspeitos de serem relacionados com o financiamento do terrorismo ou a lavagem de dinheiro, ou que tenham sido objecto de declaração ou comunicação falsas.

Os países deveriam assegurar a aplicação de sanções efectivas, proporcionais e dissuasivas a quem prestar declarações ou comunicações falsas. Nos casos em que as divisas ou os instrumentos negociáveis ao portador estiverem relacionados com o financiamento do terrorismo ou com a lavagem de dinheiro, os países também deveriam adoptar medidas, inclusive de natureza legislativa, consistentes com a Recomendação 3 e a Recomendação Especial III, que permitam decretar o confisco das referidas divisas ou instrumentos negociáveis.



### Anexo III



**Figura 1** - Os Processos do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo.

**Fonte:** “Guia de Referência Anti-Branqueamento de Capitais e de Combate ao Financiamento do Terrorismo”, 2ª Edição, Banco Mundial, Abril de 2005.

